

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS
CURSO DE POS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLITICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

COTIDIANO E DEMOCRACIA NA ORGANIZAÇÃO DA UFECO
(União Florianopolitana de Entidades Comunitárias)

LIGIA HELENA H. LUCHMANN

FLORIANOPOLIS, JULHO DE 1991

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
POS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLITICA

COTIDIANO E DEMOCRACIA NA ORGANIZAÇÃO DA UFECO
(União Florianopolitana de Entidades Comunitárias)

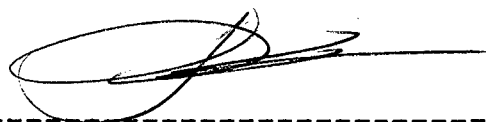
LIGIA HELENA H. LUCKMANN

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em So-
ciologia Política da Universidade
Federal de Santa Catarina, para ob-
tenção de grau de Mestre em Socio-
logia, sob orientação do Prof. Dr.
Paulo José Krischke.

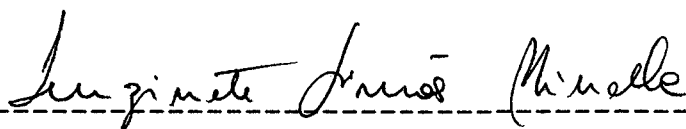
Florianópolis, Julho de 1991

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLITICA

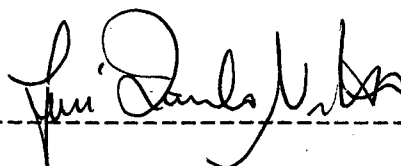
Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores



Prof. Dr. Paulo José Krischke



Prof.ª. Dra. Luzinete Simões



Prof. Dr. José Paulo Netto

S U M A R I O

AGRADECIMENTOS	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	01
CAPITULO I - UFECO E DEMOCRATIZAÇÃO: CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA .	06
1.1. Introdução	06
1.2. A Constituição de "Canais Alternativos" em Florianópolis a Partir de 85: um Breve Relato	10
CAPITULO II - PARA UMA PRÁTICA POLITICA DEMOCRÁTICA	21
2.1. Sociedade Civil, Movimentos Sociais e Democracia ...	21
2.2. O Cotidiano e a Constituição de Sujeitos Democráticos	31
CAPITULO III - A TRAJETORIA DA ENTIDADE: AVANÇOS E CONTRAPONTO ..	48
3.1. Do Consenso ao Desencanto	48
3.2. A Retomada da Diretoria	58
3.3. As Prioridades Estabelecidas e os Mecanismos de Resolução	61
3.3.1. A Moralização da Entidade	62

3.3.2. A Questão do Meio Ambiente 66

3.3.3. Transporte Coletivo: Uma Prioridade 72

3.3.4. Lei Orgânica, Habitação e Saúde: Contrapontos na
Busca de uma Nova Institucionalidade 74

CAPITULO IV - A UFECO E AS AMBIGUIDADES DE UMA PRATICA POLITICA DE
MOCRATICA: SUBJETIVIDADE E DEMOCRACIA 80

4.1. Por uma Nova Institucionalidade: Contrapontos num
Processo de Construção da Autonomia 80

4.2. Pertencimento de Classe e Subjetividade 84

4.3. Possibilidades e Limites de uma Prática Política De-
mocrática: A Superação de uma Cotidianidade 89

CONCLUSOES 97

BIBLIOGRAFIA 103

ANEXOS 110

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, embora nem todos estejam aqui mencionados. Ressalto a grande contribuição e constante apoio do Orientador, Prof.Dr. Paulo José Krischke.

Agradeço também as sugestões e críticas dos Professores Doutores José Paulo Netto e Luzinte Simões, integrantes da banca examinadora.

Um agradecimento especial para todos os integrantes da UFE-CO, entre eles: Luiz Vicente Vieira, Edvaldo Zavarize e Renato Tadeu Scoz, cujo apoio, interesse e disponibilidade foram fundamentais para a realização da pesquisa e concretização do trabalho.

Meu agradecimento a Albertina cujos serviços foram indispensáveis para o cumprimento dos aspectos burocráticos. Minha amizade e gratidão aos colegas do Curso de Pós-Graduação, pelo incentivo e carinho durante este percurso.

Agradeço também a CAPES pela bolsa de Pós-Graduação, proporcionando as condições materiais a esta produção.

Ao Zé Paulo e Karin, minha eterna gratidão!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as possibilidades e limites na atuação de uma organização de moradores de caráter municipal federativo em Florianópolis (UFECO), partindo do pressuposto de que os movimentos sociais ou organizações da sociedade civil são objetivações importantes, enquanto portadoras de um potencial de democratização da sociedade. A análise privilegia a dimensão da subjetividade, dando ênfase nas transformações do cotidiano para um processo de constituição e generalização de uma prática política democrática - que se caracteriza aqui não apenas no sentido de criação de uma nova institucionalidade, como também de novos padrões de convivência, superando no cotidiano a sua dimensão alienada e subordinada a padrões autoritários.

Nesta perspectiva, o trabalho pretende demonstrar que, enquanto "canal alternativo" de legitimação na esfera pública, a UFECO representa um exemplo das ambiguidades de um processo de democratização não apenas na esfera da política institucional, mas da cotidianidade de maneira geral.

ABSTRACT

This work analyzes the possibilities and the limits of the practice of a municipal union of neighbourhood associations (UFECO) in the city of Florianópolis, Santa Catarina, Brazil - based on the supposition that social movements or organizations in civil society can make important contributions to the process of democratization. Special attention is paid in the analysis to the dimension of subjectivity, highlighting transformations in daily life which contribute to a process of affirming and generalizing democratic political practices. What is characterized is not only the effort to create new institutions, but also the adoption of new standards of life and success in the struggle against alienation, subordination and authoritarianism.

From this perspective, the work aims to demonstrate that while it is an "alternative channel" of legitimacy in the public sphere, "UFECO" represents an example of ambiguity in democratic processes, not only in relation to institutional politics, but also generally in daily life.

INTRODUÇÃO

Em Florianópolis se verifica, no contexto da "Nova República" (1985-89), um processo de ruptura das organizações de bairro com o governo do Estado - articulador inicial e órgão de controle dos Conselhos Comunitários; bem como mais recentemente a articulação das organizações de moradores em torno de federações municipais, demonstrando uma preocupação dos atores envolvidos, na constituição de canais alternativos de participação e representação popular nas coisas do interesse da coletividade.

Em 1985 inicia-se um processo de articulação para uma futura formação de uma união municipal de entidades comunitárias, que acaba sendo constituída formalmente em 1987 com a denominação União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO) - contando com a participação de setores das mais diferentes vinculações político-ideológicas, inicialmente com membros de organizações de moradores vinculados a CEBs, PT, PMDB, e outros partidos menores como PCB, PCdoB; recebendo, durante a sua constituição, novas adesões de organizações vinculadas ao PDS e PFL, ou os antigos conselhos comunitários. Tal união veio sofrendo uma série de conflitos e divergências, desembocando numa total ruptura ainda na sua fundação, e a formação de uma outra articulação formada por entidades ditas da "Periferia", com forte vinculação com a igreja (através das CEBs, agentes pastorais) e com setores do PT.

Com o objetivo de intervir diretamente nas políticas públicas tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da cidade como um todo, a UFECO vem historicamente apresentando uma trajetória caracterizada por avanços e retrocessos, constituindo-se num exemplo da complexidade de um processo de expansão e consolidação da democracia.

Tendo em vista estudar as possibilidades e limites de uma prática política que se pretende democratizante das relações sociais, e partindo do pressuposto de que a organização da sociedade civil é indispensável num processo de democratização da sociedade, justifica-se a escolha da UFECO enquanto universo empírico de investigação (numa perspectiva de democratização não apenas no sentido de criação de novas instituições, mas de novos padrões de convivência, superando no cotidiano a sua dimensão alienada e subordinada aos padrões de dominação autoritários).

O recorte teórico deste estudo privilegia a dimensão da subjetividade, e daí a importância das transformações ou da superação de uma determinada cotidianidade dominante em nossa sociedade (enquanto processo ambíguo e não linear), imprescindível num processo de constituição e generalização de uma prática política democrática.

Enquanto entidade que se propõe legítima representante das filiadas junto ao poder público, a UFECO vem historicamente sofrendo conflitos e variações na sua trajetória, processo esse que ocorre não apenas por sua inserção em determinado contexto social, como também por se apresentar enquanto espaço de diversidade de interesses, perspectivas e posturas individuais. Enquanto indivíduos que se pretendem representantes das organizações de bairro numa esfera pública a nível municipal, a importância da verificação do potencial democrático de sua atuação vem acompanhada da demonstração das ambiguidades destas relações.

Defendendo o pressuposto de que os movimentos sociais, ou organizações da sociedade civil são objetivações importantes, capazes de um potencial de transformação das relações estabelecidas (seja na esfera da política institucional, seja na esfera do cotidiano), cujo grau varia de acordo com o nível de conhecimento e/ou amadurecimento

político de seus protagonistas, o trabalho procura demonstrar que: a) a constituição de uma federação municipal de organizações de moradores em Florianópolis significa um avanço na história dos movimentos de bairro da cidade, no sentido de extrapolar a sua atuação para o âmbito das questões gerais do município; b) que este avanço caracteriza-se pela ambiguidade num processo de democratização social, onde a ruptura com determinada cotidianidade dá-se concomitante à reprodução de relações de poder estabelecidas; c) a dimensão da subjetividade é fator importante na orientação da entidade onde conflitos, avanços e retrocessos caminham sem uma ordem pré-estabelecida, ou com uma orientação futura de antemão desconhecida; e d) apesar das ambiguidades, a UFECO caracteriza-se como um "canal alternativo" de legitimação na esfera pública, apresentando um "potencial" de democratização da sociedade.

Para demonstrar esse potencial, seus avanços, retrocessos e ambiguidades, a pesquisa realizada junto à entidade abarca o período de 85 a 90, dando ênfase na sua fundação (87) e na segunda gestão (89-90), quando os atores com discurso de autonomia e combatividade assumem a direção da UFECO, no intuito de reverter uma orientação considerada até então centralizadora e "atrelada" aos órgãos públicos.

A pesquisa foi realizada tendo em vista os dois períodos (ou gestões) vivenciados pela entidade (87-88 e 89-90), utilizando técnicas de entrevistas (abertas), num total de 25, das quais 5 foram realizadas em 88 com membros da primeira gestão; 4 em 89 com membros da "Periferia" e UFECO, e 16 em 90 com membros da segunda gestão, funcionários da Prefeitura e militantes de organizações de moradores filiadas e não filiadas à UFECO, num total de 36 horas de gravação. (Várias entrevistas são citadas neste trabalho, omitindo-se o nome do entrevistado quando isto foi solicitado). Além das entrevistas, a partici-

pação nas reuniões da entidade foi um importante mecanismo de conhecimento de sua atuação, participação esta que se deu em 10 reuniões em 90, sendo 4 reuniões por regionais e 6 da diretoria executiva; além da participação em 2 seminários promovidos pela entidade (Seminários do Transporte Coletivo e do Lixo da Capital). Também foram realizadas pesquisas em documentos da entidade (livro de atas, estatutos, jornais), da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), e em jornais de circulação estadual.

Considerando os critérios habituais nas análises sociológicas, tais como número de militantes, grandes impactos sócio-político/culturais, pertencimento e homogeneidade de classes, a UFECO poderia parecer um fenômeno de pouca importância. No entanto, face ao crescente interesse nas questões "moleculares", cotidianas; de transformações quase que imperceptíveis na cultura política, e face à complexidade na constituição dos sujeitos, atores políticos, torna-se importante esta discussão no sentido de perceber na prática das relações intersubjetivas, a potencialidade desses agentes enquanto fatores de expansão da democracia.

As contradições, dificuldades e limites desse processo de busca de constituição de uma nova institucionalidade e eventual ruptura com a cotidianidade dominante são temas básicos deste trabalho, que utiliza a UFECO como cenário onde se desenvolvem as "tramas subjacentes" de um processo político que tem como objetivo a emancipação e auto-determinação social.

O primeiro capítulo introduz à problemática do trabalho, apresentando as relações entre a UFECO e a generalização de uma prática política democrática, ou a expansão e consolidação da democracia. Para tanto apresenta uma contextualização da trajetória da entidade,

remontando, brevemente (para uma melhor compreensão), à época da constituição dos conselhos comunitários em 77; passando pela emergência das associações de moradores "autônomas"; a fundação da UFECO e a ruptura com a "Periferia", até a segunda gestão com a entrada dos "Independentes" numa perspectiva de reorientação do quadro da entidade.

O segundo capítulo é reservado ao referencial teórico, tratando da temática dos movimentos sociais e da democratização, com especial atenção às transformações na esfera do cotidiano e da subjetividade, indispensáveis na constituição e generalização de uma prática política democrática, concepção esta baseada na teoria de Agnes Heller.

Os conflitos, continuidades e avanços na trajetória da UFECO são examinados no terceiro capítulo, através de material empírico pertinente. Este é reinterpretado mais a fundo no quarto capítulo, à luz dos pressupostos teóricos da pesquisa. As conclusões são apresentadas no quinto capítulo, seguidas da bibliografia e anexos.

CAPITULO I - UFECO E DEMOCRATIZAÇÃO: CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA

1.1. Introdução

Crescentemente, a questão da democracia vem tomando conta das análises sociais no Brasil e no mundo. Os antigos sonhos revolucionários de tomada de poder vêm se desmoronando, dando lugar a novas perspectivas sobre a política e o poder, cujo dever-ser passa pela pluralidade de idéias, partidos, formas de vida; pelo pleno exercício da cidadania e pela justiça social.

Nesta perspectiva, a democracia ultrapassaria o âmbito da política institucional como espaço restrito às atividades do Estado e partidos políticos, enquanto representantes e executores das coisas públicas; pois o regime democrático tende a assegurar, além de condições sócio-econômicas dignas à população, canais legais de participação e decisão da sociedade civil em todos os níveis. Daí a preocupação e necessidade de articulação entre democracia política e democracia social. Daí também a constatação (tão "óbvia" como coloca CHAUI)(1); de que as decisões e a direção das coisas públicas não são propriedade exclusiva de um grupo ou classe em uma sociedade democrática.

A construção e consolidação de um regime democrático no Brasil é um processo complexo, com inúmeras barreiras e dificuldades. REIS apresenta um diagnóstico "preliminar" da situação brasileira,

(1) CHAUI, Marilena. Cultura e Democracia: o discurso Competente e Outras Falas, São Paulo, Ed. Moderna, 3. ed., 1984, p. 158.

apontando entre outros aspectos dificultadores à consolidação da democracia: a precariedade da estrutura partidária; a existência de um "hiato" social cuja característica básica é a enorme distância que separa as massas populares das classes média e alta com fortes relações de excludência; a grande desinformação e alheamento político; a existência de "anéis burocráticos" com fortes afinidades entre empresariado e Estado; além da posição da corporação militar enquanto instância presente e ativa nas atividades políticas.(2)

O'DONNEL destaca a questão da crise econômica e a acentuação das desigualdades sociais, além das relações marcadamente autoritárias em todas as esferas sociais (cotidiano, política estatal), enfatizando a necessidade de que "houvesse uma maioria de democratas na população (os que conhecem, aceitam e praticam as regras da democracia)".(3) Mesmo com a constatação de que trata-se de uma minoria, o autor ressalta o potencial de contágio das predisposições democráticas, ainda que sujeito a estagnações e reversões. Daí a necessidade imperativa da prática democrática, combatendo em todos os níveis e esferas sociais as relações e padrões tradicionais de autoridade.

Percebe-se um consenso generalizado quanto à necessidade de que a democracia transcenda a esfera estritamente política (Estado e partidos), para todas as esferas da sociedade, no sentido da superação de todo tipo de relação autoritária. A organização da sociedade civil torna-se um critério imprescindível neste processo no sentido de não

 (2) REIS, Fábio W. Consolidação Democrática e Construção do Estado. Notas Introdutórias e Uma Tese. In: REIS, F. W. e O'DONNEL, G. (org.). A Democracia no Brasil. Dilemas e Perspectivas, São Paulo, Vértice, 1988, p. 19-27.

(3) O'DONNEL, Guillermo. Transições Continuidades e Alguns Paradoxos. In: REIS, F. W. e O'DONNEL, G. (org.) op. cit. 1988, p. 44.

apenas evitar a manipulação das massas pelos políticos profissionais tornando-os efetivos representantes da sociedade, como também, e principalmente para tornar concreta e real a participação decisória da população nas coisas públicas e o exercício da cidadania um direito concreto.

Torna-se para tanto indispensável a expansão de práticas e atores democráticos em todas as esferas sociais, sendo no entanto um processo que não se dá numa linearidade progressiva, devido à complexidade das relações sociais. Trata-se como coloca KOLAKOWSKI⁽⁴⁾, de um longo processo de auto-educação da classe trabalhadora no sentido de extrapolar o âmbito da esfera privada e seus interesses corporativos. Trata-se da não aceitação da realidade como dada, instituída, mas da criação de formas alternativas de organização e participação nas coisas públicas, transformando o imaginário, as relações sociais que se apresentam nos moldes da manipulação e opressão, em relações democráticas.

A esfera do cotidiano passa a ter grande importância na realização deste ideal, não apenas enquanto esfera insuprimível da vida de todo o ser humano como coloca HELLER⁽⁵⁾, mas também e conseqüentemente como uma estratégia alternativa a posicionamentos que visam uma transformação social total, enquanto ruptura revolucionária. Nessa estratégia as mudanças seriam radicais, rápidas, profundas - mas só seriam irreversíveis se acompanhadas de mudanças na vida cotidiana co-

(4) KOLAKOWSKI, Leszek. O-Espírito-Revolucionário-e-Marxismo:-Utopia-e-Antiutopia. Col. pens. pol. 66, UnB, p. 128.

(5) HELLER, Agnes. Sociologia-de-la-Vida-Cotidiana, Barcelona, Peninsula, 1977.

mo diz LECHNER⁽⁶⁾. Qualquer outro projeto teria um caráter autoritário se não levasse em conta o cotidiano, uma vez que são as relações entre as pessoas no seu dia a dia, as que determinam a profundidade do desenvolvimento social.

Algumas análises vêm mostrando a importância dos movimentos sociais (ou "novos movimentos sociais") enquanto objetivações que proporcionam mudanças na esfera do cotidiano⁽⁷⁾; de constituição de sujeitos democráticos que vão criando novos espaços públicos alternativos, contribuindo assim para um processo de expansão da democracia, seja na arena da política institucional e/ou na esfera da cultura política. O presente trabalho apóia-se nesta concepção, e visa analisar os limites e contribuições de um movimento social específico.

Em Florianópolis, no contexto da "Nova República", observa-se um rico processo de crescimento e expansão de organizações de bairro que vão historicamente desembocar na constituição de novos canais de participação e representação na esfera pública - ou no que KRISCHKE denomina de uma esfera pública "paralela", ou seja, "como um campo ou território de negociações e representações por eles mesmos criados - o qual por sua vez interage com a esfera institucional (partidos políticos, Estado)".⁽⁸⁾ A constituição de organizações de moradores de caráter federativo aponta para uma inovação nas relações políticas do município, enquanto criação de novos canais, ou "canais alternativos" de

(6) LECHNER, Norbert. Los Patios Interiores de la Democracia - subjetividad y política. Santiago, FLACSO, 1988, p. 60.

(7) Ver por ex. SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. Uma Revolução no Cotidiano? São Paulo, Brasiliense, 1987.

(8) KRISCHKE, Paulo. Movimentos Sociais e Democratização da Cultura Política: uma Revisão Conceitual. UFSC, 1991, (mimeo.); p. 13.

legitimação da esfera pública - novos espaços reconhecidos social e politicamente, caracterizados pela autonomia da política institucional e pela participação e representação popular na gestão das coisas públicas. Mas veremos que por parte da UFECO, tanto a prática como os próprios discursos dos seus protagonistas variam e se contradizem no decorrer do processo.

1.2. A Constituição de "Canais Alternativos" em Florianópolis a partir de 85: Um Breve Relato

Para compreendermos a organização e constituição de "canais alternativos" a nível de organizações de moradores em Florianópolis, é necessário remontar aos meados dos anos 70, quando no governo Geisel é criado o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (CSUs, 1975), como parte da estratégia do II Plano Nacional de Desenvolvimento do regime militar⁽⁹⁾. Em Santa Catarina, o então governador Antônio Carlos Konder Reis (ARENA, 1975-78) cria a partir de 77 a SAC (Supervisão de Ação Comunitária) ligada diretamente ao gabinete do governador e responsável pela implantação dos Conselhos Comunitários que, constituídos por decreto, passam a ser a tônica da política comunitária catarinense - sendo que em Florianópolis, mais especificamente, se observa alguns casos de resistência e oposição a este forte mecanismo de

(9) Fazendo parte de uma estratégia de "atenuação dos conflitos resultantes das gritantes diferenças sociais existentes no país" CARIO, Sílvio (coord.) Avaliação Econômica e Social dos Programas de Alimentação Popular da Grande Florianópolis. UFSC, 1987 (mimeo).

controle centralizado (política de "modernização conservadora").(10)

A política de implementação e manutenção dos conselhos comunitários - a quem competia, entre outras atribuições, co-gerenciar os respectivos centros sociais obedecendo às orientações técnico-administrativas provindas do governo do Estado(11) - foi mantida no governo Bornhausen (PDS 78-82) quando a SAC é transformada em FUCADESC (Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade), vinculada à Secretaria de Bem Estar Social; e no subsequente governo de Espiridião Amin (PDS 82-86), cuja gestão se caracterizou por um grande apoio ao desenvolvimento dos conselhos comunitários (ou novos "cabos eleitorais")(12).

Com o advento da "Nova República", o Programa Nacional de CSUs foi extinto e a coordenação dos centros sociais a nível estadual permaneceu a cargo da FUCADESC até a sua extinção no governo de Pedro Ivo Campos (PMDB 86-90), quando passam os convênios dos CSUs a serem absorvidos pela então criada Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Comunitário (STDC). No entanto, a partir de 84 ainda no governo Amin, os conselhos começam a sofrer uma redução de recursos que se acentua no governo Pedro Ivo, através de uma política que previa uma

 (10) Dentre algumas características destes conselhos, salienta-se o estatuto padrão; a nomeação dos diretores pelo governo; o repasse de verbas apenas às entidades inscritas na SAC. Na época tal política foi questionada por algumas entidades de bairro como a Associação de Moradores da Lagoa da Conceição. Ver sobre isso: MATOS, Simone M. o Processo de Formalização Jurídico-Institucional dos Conselhos Comunitários em Florianópolis (1977-1983): Um Caso de Oposição Sistemática. Dissertação de Mestrado, florianópolis, UFSC, 1990.

(11) Ver ARRUDA GOMES, M. Coletivismo no Bairro: Uma Análise sobre o Fenômeno da Participação. Dissertação de Mestrado; UFSC, Florianópolis, 1987.

(12) ARRUDA GOMES, op. cit. p. 63-4.

redução nos gastos públicos, incluindo cortes na manutenção dos equipamentos e pagamento de funcionários alocados nestes centros(13).

Até 1985 a política estadual e municipal era totalmente controlada pelo PDS(14), tendo o PFL ocupado alguns espaços como o controle da FUCADESC. No entanto, o PMDB vinha se sobressaindo desde 82, passando a fazer uma oposição sistemática também no que se refere às atividades dos conselhos, sendo que em 1985 um candidato do PMDB assume a prefeitura de Florianópolis. Esta candidatura teve apoio das entidades de bairro ditas "Independentes", ou dissidentes dos conselhos comunitários - as quais vinham se articulando com outras entidades mais vinculadas à Igreja Católica através das CEBs, no sentido de congregar todas as entidades "autônomas" visando a formação de uma articulação federativa a nível municipal.

O quadro das articulações comunitárias em Florianópolis, em 85 demonstra uma riqueza de tendências, podendo-se distinguir de forma bastante esquemática e considerando-se a grande mobilidade e diversidade entre elas, 3 linhas de atuação, quais sejam: os "Independentes", ou as entidades de bairro que não apresentam vínculos com o governo do Estado e buscam uma vinculação pluralista com o sistema partidário; os setores da "Periferia" ou mais vinculados às CEBs e posteriormente a setores do PT; e os "Conservadores", entidades dependentes do governo do Estado via Conselhos Comunitários e relacionados

(13)De acordo com a ex FUCADESC, até 1986 existiam 31 conselhos comunitários atuantes em Florianópolis.

(14)Ver VIOLA, Eduardo J. As eleições de 1985 e a dinâmica do sistema partidário em Santa Catarina, Cadernos de Ciências Sociais, UFSC, 16(1), 1986.

preferencialmente com o PDS e o PFL(15).

A articulação preliminar encabeçada pelos "Independentes" e "Periferia" vinha se dando a partir de 85, no sentido de promover discussões sobre os problemas do município, além da relação do "movimento comunitário" com a administração municipal. Assim, em 85 foi realizado um debate com os candidatos a prefeito, onde foram levantadas várias reivindicações, dentre elas a participação popular na administração pública, participação esta que vinha sendo a tônica de campanha do prefeito eleito pelo PMDB.

Com forte apoio de setores "Independentes", Edson Andrino vence as eleições propondo uma gestão participativa, na qual "o povo passará a ser o sujeito da administração municipal, atuando concretamente, através de diferentes formas de representação"(16).

Sendo esta uma reivindicação da articulação, o prefeito abre espaço para atendimento direto às organizações de bairro semanalmente, e para o conjunto das entidades populares bimensalmente, dando destaque à constituição de conselhos administrativos municipais com a participação de representantes das entidades da sociedade civil(17).

(15) O maniqueísmo observado nos discursos dos atores, uma vez que colocam as associações como entidades 'autônomas' e os conselhos como 'atrelados' deve ser relativizado, haja visto o emaranhado de relações e interesses nas diferentes entidades, seja associação ou conselho. Também pelo fato de alguns conselhos terem se desvinculado do Estado, alcançando alto grau de combatividade e autonomia, como por ex. o Conselho Comunitário do Monte Serrat, que lidera o movimento de "Periferia" e é objeto de estudo da Mestranda Kátia Müller.

(16) MEINICKE, Dymuth. A Política Social no Município de Florianópolis nos anos 80. 1990 (mimeo.).

(17) Conselhos Municipais de Cultura, Educação, Transporte, Turismo, Saúde e Desenvolvimento, de caráter consultivo.

membros da articulação passam a atuar na prefeitura com a criação de uma Coordenação de Movimentos Sociais, além de se fazerem representar em alguns conselhos como o Conselho Municipal de Turismo, Transporte e Desenvolvimento.

Em 86 são constituídas duas comissões pela articulação das entidades de bairro, sendo uma para organizar as discussões do orçamento municipal, e outra para formalizar a constituição de uma federação municipal de entidades de moradores, com o intuito de intervir diretamente nas discussões e deliberações das políticas públicas.

Destaca-se a grande expansão de associações de moradores em Florianópolis a partir de 85, num contexto social e político favorável: o conflito entre PDS e PFL no governo Amin, bem como a escassez de verbas federais para a manutenção dos conselhos comunitários, tornando-os sem verbas e prestígio perante algumas comunidades, sendo questionados por algumas lideranças que percebiam a sua vinculação político-eleitoreira; a ascensão do PMDB a partir de 82 a nível estadual com grande intervenção na articulação de associações de moradores, algumas inclusive em áreas de domínio dos conselhos; a abertura pela prefeitura de comunicação entre o prefeito e as entidades, bem como a representação comunitária na discussão do orçamento e nos conselhos municipais; e a articulação pró-federação, abrindo perspectivas de maior representação comunitária nas coisas públicas, foram alguns fatores determinantes na constituição de novas entidades de moradores(18).

(18) Até 85 existiam cerca de 30 Associações de Moradores e 31 Conselhos Comunitários no município de Florianópolis, tendo sido fundadas mais 49 entidades de moradores a partir desta data (dados aproximativos da UFECO).

Além disso, havia também a crescente influência das CEBs na "Periferia", crescendo o número de entidades a elas vinculadas, principalmente as que apresentavam sérios problemas na legalização de posse de terras - cujas manifestações eram apoiadas pela então criada Comissão do Solo Urbano vinculada à Igreja Católica.

É importante destacar o agravamento, a partir dos primeiros anos da década de 80, das condições sócio-econômicas da população brasileira, sendo que em Florianópolis acentua-se consideravelmente o processo de urbanização, cujo problema da migração e expansão de favelas traz sérios conflitos na distribuição e legalização de terras, além da necessidade premente de equipamentos sociais e infra-estrutura em uma série de bairros(19).

A tais problemas somam-se as questões sócio-ambientais, uma vez que o potencial turístico da ilha vem sendo alvo de investimentos empresariais de grande porte, ameaçando o meio-ambiente e as condições sócio-econômicas e culturais da população local. Assim, além da crescente imigração da população do interior do Estado, uma forte especulação imobiliária nas praias vem determinando a expulsão das populações litorâneas ou "nativas", e seu consequente deslocamento para os bairros pobres da cidade.

Ainda o programa do Leite para Crianças Carentes, criado pelo governo Sarney e lançado em 86 através da distribuição de "tickets de leite" para as entidades legalmente constituídas, é um fator que e

(19) Florianópolis apresentou um crescimento de 3,04% na década de 80, sendo que aproximadamente 90% da população encontra-se em área urbana (Dados do Anuário Estatístico do Brasil, 1989). De acordo com o IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), há uma carência de 30.000 habitações no município (a nível qualitativo e quantitativo).

estimula a constituição de entidades comunitárias.

Neste contexto, a articulação vinha em 86 caminhando no sentido de expansão e fortalecimento da proposta de formação de uma federação municipal, que fosse "autônoma dos órgãos públicos, mas sua principal interlocutora em nome dos bairros"(20).

Ainda em 86 começam negociações partidárias para as eleições ao governo Estado, sendo que setores conservadores do PMDB criam uma Federação de Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (FAMESC), com o apoio das federações municipais vinculadas ao PMDB (Lages, Criciúma), que passa a "atropelar" em Florianópolis o processo de formação em andamento pela articulação, sem uma representatividade nas bases, e com autonomia questionada devido a sua vinculação com o PMDB. (De acordo com participantes dessa articulação, o processo de constituição de uma federação municipal independente foi "atropelado" pela FAMESC que vinha convocando uma assembléia em finais de 86 para a formação de uma federação em Florianópolis):

"Eles montaram uma federação estadual de cima para baixo com o objetivo de pegar a FUCADESC, o que aconteceu. E começaram a atropelar, e como viram que a gente discutia a questão da constituição da entidade a nível municipal, puxaram um tal de encontro para a criação da federação ... a gente achou que não era hora de criar ... mas como eles já estavam articulando com todo apoio do governo do Estado, a gente da articulação com exceção do pessoal da periferia, avaliou que a situação era tal, e como para a maioria das entidades aquela briga não estava muito clara, que a gente não podia agora se afastar e deixar os caras pegarem".(21)

(20) KRISCHKE, Paulo. Os Movimentos de Bairro de Florianópolis na "Nova República": para uma Teoria da Influência Cultural dos Movimentos Sociais na Transição Política. Relatório Final, UFSC, junho de 1990 (mimeo.), p. 7.

(21) Trecho de entrevista com dirigente fundador da UFECO (1988).

Com a crescente participação dos antigos conselhos nos fóruns de debate do orçamento da prefeitura, e agora com a entrada da FAMESC no processo, o setor da "Periferia" se afasta da articulação alegando a não representatividade e amadurecimento político do processo, e o "atrelamento" político-partidário (seja em relação à FAMESC; seja com relação a setores dos "Independentes" - que vinham participando ativamente na gestão de Andrino através da assessoria política aos movimentos e da representação nos conselhos municipais).

A União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO, acabou sendo fundada no início de 87 com a participação dos "Independentes" (representantes das associações da Lagoa, Ingleses, Monte Verde, Saco Grande, Agrônômica, entre outros) e "Conservadores" (10 conselhos comunitários), sendo justificada a participação dos primeiros pela importância do processo que estava se concretizando apesar do "adiantamento" pela FAMESC, numa perspectiva de impedir a tomada da direção pelos "conservadores", através da composição de uma chapa de consenso que reunisse as duas grandes tendências.

Fundada por 33 entidades, sendo 23 associações e 10 conselhos, elegeu-se uma diretoria relativamente paritária com certo equilíbrio na distribuição de cargos, com o intuito (e agora sem o apoio da "Periferia") de constituição de um órgão democrático com autonomia e efetiva representação dos bairros; uma entidade supra-partidária, de respeito às diferentes posições político-ideológicas, desde que não intervisse na política comunitária.

Apontando a "Periferia" como a responsável pela não conquista da maioria de cargos na diretoria, o grupo dos "Independentes" partia do pressuposto de que era possível evitar a hegemonia da entidade pelos "Conservadores" num processo de negociação constante não apenas

na diretoria em si, mas entre esta e o governo municipal - uma vez que se colocava a entidade como representante legítima das organizações comunitárias - no sentido de fortalecer as lutas específicas de cada bairro e principalmente influir nas decisões das questões mais amplas do município, tais como transporte, orçamento, saúde e meio-ambiente.

A saída do grupo da "Periferia" levou à criação de mais uma organização de caráter federativo (formalizada em 1989), formada apenas com as entidades de "Periferia", vinculadas à Igreja Católica (mais especificamente a um sacerdote progressista) e setores do PT, formando um Conselho com 12 entidades totalmente separado da UFECO - sendo esta tida pelos mesmos como uma entidade "atrelada" ao governo.

Além de assumir a representação popular nos conselhos municipais bem como a coordenação de seminários para a discussão do orçamento, a UFECO, com a vitória do PMDB a nível estadual, vai gradualmente aceitando uma posição de dependência com respeito ao governo do PMDB, passando inclusive a ser vista como uma extensão do governo, ou substituta da antiga FUCADESC no repasse de verbas aos conselhos comunitários.

Assim é que, durante o primeiro mandato, os "Independentes" vão se afastando da diretoria, alegando o desvirtuamento da UFECO e o "atrelamento" da entidade ao governo do Estado, e passam a articular a partir de 88 uma chapa de oposição que sai vitoriosa nas eleições internas de 89. Agora com Amin na prefeitura, este grupo visa a reversão do quadro, com a retomada dos objetivos iniciais da UFECO, dando ênfase na sua autonomia face a órgãos públicos e partidos políticos; a importância da representatividade junto às bases, buscando legitimar-se enquanto interlocutora da Prefeitura sobre as questões gerais do município.

A criação de uma federação de organizações de moradores com o intuito de reverter a lógica de atuação política tradicional (lógica do "clientelismo monolítico" ou mais recentemente do "clientelismo de massas)"(22) paternalismo, assistencialismo, etc ... que encobrem as relações de poder, representa avanços na cultura e práticas políticas da população na medida em que rompe com o isolamento das diferentes organizações e lutas, superando práticas localizadas tendo em vista a cidade com um todo. Trata-se de formas complementares e imprescindíveis de ação política a nível institucional, que no entanto, são extremamente vulneráveis pela sua inserção em uma complexa rede de relações e interesses estabelecidos - especialmente em se tratando de um país onde a esfera pública institucional apresenta grandes debilidades, somado à falta de uma normatividade democrática efetiva. Mas trata-se, antes de mais nada, da presença e constituição de atores que buscam à sua maneira, a reversão deste quadro.

No caso da diretoria atual da UFECO, quem são estes atores? Até que ponto transcendem uma consciência e prática cotidianas elevando-se como sujeitos democráticos? Qual o potencial de generalização de uma prática política nesse processo? Qual a real contribuição da entidade ao processo de liberalização política e expansão da esfera pública? São estas as questões que o trabalho pretende responder. Apresentamos no próximo capítulo, uma discussão teórica que pretende demons-

(22)De acordo com KRISCHKE, "o anterior clientelismo monolítico do regime autoritário, que incentivava a dependência unilateral das entidades de bairro junto ao partido do governo, é substituído por formas mais modernas e competitivas de "clientelismo de massas" - em que diferentes partidos e órgãos públicos competem pelo acesso às entidades de bairro, em troca de votos por políticas sociais" op. cit. (1991), p. 9.

trar: a) a importância das organizações da sociedade civil, e aqui mais especificamente de bairro, num processo de democratização; b) seu significado para a ruptura com determinada cotidianidade na construção de uma prática política democrática (que apesar de indispensável ao processo de emancipação social, resulta em um movimento ambíguo e conflitante, sujeito a reversões e portanto sem um fim determinado aprioristicamente).

CAPITULO II - PARA UMA PRATICA POLITICA DEMOCRATICA

2.1. Sociedade Civil, Movimentos Sociais e Democracia

A questão da democracia é muito mais ampla do que a alternância dos representantes nos cargos políticos que se dá através de eleições livres e diretas, ou ainda do que a liberdade de expressão, opinião e modos de vida. É certo que a democracia é uma forma de governo ou regime político. Mas sendo a democracia também uma forma de convívio social, que questiona todo tipo de dominação e exploração, ela transcende um determinado regime de governo no sentido de perpassar todas as esferas e relações sociais.

Este ideal utópico da democracia, como sabemos, está muito longe de ser alcançado, se é que é possível alcançá-lo na sua plenitude. No entanto, a questão da democracia enquanto sistema de governo cujo poder de decisão e encaminhamento das coisas públicas seja exercido efetivamente pelos cidadãos, ou sujeitos das deliberações, está na ordem do dia, sendo a auto-organização da sociedade civil um critério geralmente admitido para a sua concretização.

Numa perspectiva Gramsciana, a sociedade civil é o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão de ideologias: sistema de escolas, igrejas, sindicatos, etc ..., ou seja, todas as organizações da sociedade que não detêm o legítimo poder político, uma vez que este se encontra na "sociedade política", enquanto instância ou conjunto de instituições que detêm o monopólio da representação política (partidos políticos), da coerção e da administração (apare-

lhos do Estado)(1).

Sendo a democracia ou "utopia da democracia a auto-determinação de um povo sobre as suas condições e modos de vida" como quer LECHNER(2), a organização da sociedade civil nas suas mais diversas configurações é fator determinante na concretização deste ideal, uma vez que é nesta esfera onde se encontram os fundamentos (necessidades, projetos, ideais) de representatividade na esfera estritamente política (partidos, parlamento, Estado). Daí ser uma sociedade democrática o governo do "povo pelo povo", ou da sociedade civil direta e indiretamente através do sistema de representação.

Os movimentos sociais, as organizações de bairro (entidades, federações, confederações), sindicatos, e todas as manifestações de necessidades, interesses e representação da sociedade civil vêm sendo então alvo de atenção e investigação por serem considerados gérmenes de um processo de democratização da sociedade - uma vez que tentam fazer valer o princípio de cidadania, enquanto efetividade de auto-gestão das coisas no interesse da coletividade.

Por um lado, a ênfase na questão dos movimentos sociais e suas múltiplas determinações vem demonstrando uma super-valorização da sociedade civil enquanto instância da liberdade, autonomia, democracia; em contraposição à instância do Estado - enquanto mantenedora do "status quo" através de um conjunto de práticas repressivas, coercitivas, manipuladoras, enfim, instância de dominação e controle social.

(1) GRAMSCI, A. Textos Seleccionados. In: COUTINHO, Carlos N. Gramsci. Porto Alegre, L&PM, 1981.

(2) Op. cit. (1988), p. 16.

Este maniqueísmo observado por CARDOSO⁽³⁾ impede - uma vez que a tendência é demonstrar a oposição movimento/Estado nas reivindicações do primeiro quase sempre em direção ao segundo - de se perceber as contradições internas, os conflitos e divergências apresentados pelos movimentos; pois estes estão inseridos numa complexa rede de relações sociais, que ficam escamoteadas por uma falsa pretensão de homogeneidade coletiva.

Estando a sociedade civil pois inserida e inter-relacionada com todas as instâncias sociais, políticas, econômicas e culturais, e sendo o pólo, como coloca GRAMSCI, de elaboração e repasse de ideologias, ela é, como diz CHAUI, "o lugar por excelência da reprodução da exploração econômica e da dominação política"⁽⁴⁾.

Por outro lado, exatamente por ser um espaço aberto a múltiplas determinações, a sociedade civil apresenta-se como um espaço imprescindível na mudança efetiva das relações sociais. Sendo vistos não mais como os agentes por excelência da transformação social, os movimentos sociais e as várias configurações de caráter coletivo (entidades representativas da sociedade civil), são considerados como capazes de um grande potencial de alteração do quadro de dominação vigente - uma vez que, propiciam a constituição de espaços alternativos de participação política, o questionamento da ordem instituída, a difusão de valores democráticos; apresentando-se como instâncias de eventual criação de uma nova ordem, agora de caráter democrático.

(3)CARDOSO, Ruth. Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico. IN: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, M. H. T. Sociedade e Política no Brasil Pós-64. São Paulo, Brasiliense, 2. ed., 1984. Ver também BOSCHI, Renato R. A Arte da Associação. Política de Base e Democracia no Brasil, IUPERJ, Vértice, 1987.

(4)Op. cit. (1984) p. 114.

MELUCCI destaca esse potencial de criação de novos significados e definição de identidade, que põe em xeque a crescente massificação da vida individual e coletiva por parte da racionalidade tecnocrática e impessoal dominante. De acordo com o autor, "o conflito dá-se sobre um terreno simbólico, mediante o desafio e a desestabilização dos códigos dominantes sobre os quais se fundam as relações sociais dentro de sistemas informatizados de alta densidade"(5).

Nesse sentido, os movimentos sociais podem chegar a desafiar os códigos dominantes pautados no mascaramento das relações sociais, tornando o poder visível e daí negociável - através de uma política democrática de negociações e acordos cujos resultados têm em vista o bem estar da população.

EVERS(6) aponta para o aspecto potencial ou "face oculta" dos novos movimentos sociais na esfera da cultura política, no sentido de serem as práticas de democracia de base, solidariedade, auto-gestão, verificadas nestas organizações, o germe de uma nova sociabilidade - pautada sob novos valores que, apesar de ser um processo lento, ou um "trabalho de formiga", contrastam com a efetividade simbólica vigente, apresentando um potencial de generalização.

Sabemos que os "códigos dominantes" são caracterizados pelo autoritarismo, excludência e alienação generalizada das relações sociais, enquanto mecanismos de dominação política e exploração econômica. Nosso país, cujo Estado mantém, controla e faz perpetuar um capi-

(5) MELUCCI, Alberto. Los Movimientos Sociales y la Democratización de la Vida Cotidiana. In: QUIJANO, Anibal et al. Imágenes Desconocidas. La Modernidad en la Encrucijada Postmoderna. Buenos Aires, CLACSO, dez. 1988, p. 199.

(6) EVERS, Tilman. A Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais, In: Novos Estudos CEBRAP, 2(4), abril de 1984.

talismo de exacerbadas contradições sociais, tem sempre adotado medidas - sejam elas de caráter cultural, educacional, político, etc - que impedem um processo de emancipação social. A auto-organização da sociedade civil passa então a ser indispensável na reversão deste quadro. Os movimentos sociais urbanos e/ou organizações de bairro podem construir um espaço que (apesar da ideologia dominante interiorizada e reproduzida) propicie uma reversão deste quadro. Pois, reivindicando a solução de problemas sociais e procurando uma participação efetiva junto aos órgãos competentes, - seja na forma de pressão direta ou através do sistema de representação com ocupação de espaços políticos - tornam ativa a sua posição de sujeitos sociais e conseqüentemente possível a realização da cidadania.

A defesa dos direitos mínimos de cidadania é levantada como objetivo central destes movimentos, cujo processo de formação de identidades coletivas dá-se pela inserção no cotidiano, no local de moradia, não tendo expressão política enquanto identidade de classe social. De acordo com BOSCHI,

"a classe social não aparece explicitamente como fator de aglutinação dos movimentos ... que apresentam-se como interlocutores de uma identidade primordialmente criada a partir do local de moradia e das contradições resultantes de uma distribuição desigual de bens e serviços produzidos socialmente"(7).

Procurando evitar uma postura reducionista e simplificadora do papel dos movimentos e/ou organizações da sociedade civil - nem co-

(7) BOSCHI, Renato e VALLADARES, Lícia do Prado. Problemas Teóricos na Análise de Movimentos Sociais: Comunidade, Ação Coletiva e o Papel do Estado, In: Revista Espaço e Debates, São Paulo, Cortez, jan./abril 83, p. 73.

mo agentes soberanos da transformação social; nem esfera de total submissão e apatia política - buscamos evidenciar o potencial democrático (e aqui mais especificamente das organizações de Bairro) no sentido de modificação no espaço da cidade para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, enquanto possibilidades de rupturas com o estabelecido.

A fragmentação dos movimentos, entidades representativas da sociedade civil, não implica necessariamente um empecilho na direção de uma ordem democrática. Assim como essa fragmentação dos movimentos dificulta uma representação popular nas coisas públicas, tornando-os muitas vezes competidores e divididos pelo Estado - cuja postura geralmente dá-se no sentido de agudização dos conflitos e divergências entre eles -, também pode ser vista como positiva, uma vez que nas sociedades modernas não existe um centro único de onde emana todo o poder, e sim uma disseminação do poder na complexa gama de instituições sociais. HELLER levanta com muita propriedade que este fato não deve levar necessariamente a uma apatia nas ações que visam mudanças (por não serem mais vigentes os projetos revolucionários de tomada de poder), uma vez que

"os potenciais de ação têm mudado, simplesmente, de lugar ... devido precisamente ao caráter descentrado do sistema social, as ações emancipadoras não têm que centrar-se na mudança de um único centro dominante e omnímoto, senão que devem levar-se a cabo em todos os sistemas e subsistemas, em todas as esferas da sociedade, incluída a vida cotidiana ... Nesse contexto, a ação emancipadora se torna difusa ... grupos distintos de atores podem comprometer-se em ações emancipadoras no seio de distintos sistemas e esferas" (8).

(8)HELLER, Agnes. Sentir-se Satisfeito en una Sociedad Instisfecha. In> HELLER, A. e FERENC, F. Políticas de La Postmodernidad. Barcelona, Peninsula, 1989, p. 184. (

Obviamente, nem todo movimento ou entidade da sociedade civil apresenta esse potencial emancipador. O que vai determinar esta característica são os objetivos em jogo, as estratégias e os mecanismos de sua efetivação; os princípios e valores que guiam as ações. Nesta perspectiva, é essencial a discussão sobre a autonomia desses movimentos, já que autonomia requer auto-determinação, ou seja, um sentimento de pertencer, um conhecimento do eu, do nós, de nossos valores e objetivos, ou um comportamento isento de imposição e voltado para a generalização de um processo de emancipação, ou de desenvolvimento de uma cultura política menos individualista e mais coletiva, mais crítica, orientada por valores crescentemente generalizados, e portanto universais.

Emancipação, auto-determinação e autonomia são portanto conceitos correlatos, inter-relacionados e inter-determinados, e em estado não concluído já que sofrem constantes reformulações numa situação ativa, inacabada e imprevisível na sua futura configuração.

A questão da autonomia junto aos movimentos urbanos é bastante complexa uma vez que o Estado, enquanto instância legítima de execução das políticas públicas é o interlocutor principal das demandas coletivas. Muito se tem questionado sobre o relacionamento dos movimentos e o Estado, bem como o papel deste na formação da identidade daqueles enquanto pólo opositor, inimigo;⁽⁹⁾ e ainda dos mecanismos de controle como a cooptação e o clientelismo que são características historicamente marcantes nas relações do Estado brasileiro (em todas

(9) Ver por ex. DIOGENES, Glória M. dos Santos. A Constituição da Identidade Política nos Movimentos Sociais Urbanos em sua Relação com o Estado. ANPOCS, outubro de 1988 (mimeo).

as instâncias: municipal, estadual e federal) com as organizações da sociedade civil.(10)

Como coloca BOSCHI(11), não é frequente no caso brasileiro o reconhecimento dos movimentos reivindicativos, pelo Estado - mesmo os setores responsáveis pela implementação de políticas voltadas à população de baixa renda; enquanto interlocutores legítimos das populações. Apesar das inúmeras dificuldades, a autonomia dos movimentos passa a ser um critério de democratização no sentido de, enquanto organizações que visam a participação e decisão nas coisas públicas, conhecerem e articularem uma identidade comum que se contraponha às relações e políticas estabelecidas, no sentido de reversão do quadro de dominação vigente e conseqüentemente no desmascaramento da "universalidade" do Estado. De acordo com CHAUI,

"se nas sociedades de classes em geral, e na capitalista, em particular, o poder político se destaca da sociedade e, na qualidade de poder separado, reaparece como reencarnação do universal, esse reaparecimento possui uma gênese material cujo ocultamento é determinado no próprio aparecer das relações sociais, facilitando a representação do Estado como universalidade (imaginária)... Estado na qualidade de regulador de conflitos e ordenador do espaço social, através do corpo legal e da prestação de serviços públicos.(12)

Dirigir-se ao Estado para fazer valer o reconhecimento de seus direitos como cidadãos, e ao mesmo tempo encaminhar suas demandas

 (10) Tal como demonstra um estudo de caso sobre a efetividade dos "velhos limites" nas práticas de movimentos sociais. DOIMO, Ana M. e BANCK, Geert, Novas Forças, Velhos Limites? Estudo de caso de um movimento social urbano. X ANPOCS, outubro de 1986. mimeo.

(11) BOSCHI, R. e VALLADARES, L. op. cit. (1983), p. 71.

(12) Op. cit. (1984), p. 112.

a esse Estado, legitimando a sua "universalidade" ocultadora da representação dos interesses das classes dominantes requer habilidades e conhecimento dos mecanismos em jogo, no sentido de não fazer parte do jogo da dominação em condições de dependência, reproduzindo assim as relações de poder.

A autonomia frente aos partidos e ao Estado é condição para fazer valer interesses e necessidades enquanto coletividade de cidadãos. Nesta perspectiva, os movimentos podem inclusive "darem-se ao luxo de entrar no jogo que chamam pejorativamente de 'clientelista', uma vez que sabem resistir a ele... com autonomia frente às diferentes posições político-ideológicas... apresentando-se como coletividade e não como conjunto de eleitores".(13) A relação entre movimentos sociais e partidos políticos torna-se entretanto necessária, na medida em que estes últimos detêm o monopólio da representação do poder político em nossa sociedade. No entanto, relação de autonomia significa não se ficar "a reboque" da política institucional, mas ao contrário, garantir que as instituições sirvam aos interesses e necessidades da sociedade.

A articulação e negociação com outras esferas, cujos riscos são enormes, faz parte daquilo que LECHNER(14) denomina de "resignificação da política", ou seja, a política passando a ser vista não como um trampolim para a tomada do poder, mas como um valor por si e em si mesmo; ou daquilo que FLISFLISCH(15) coloca como um novo paradigma de

 (13) CARDOSO, Ruth C. Os Movimentos Populares no Contexto da Consolidação da Democracia. In: REIS, F.W. e O'DONNELL, G. (org.) op. cit., (1988) p. 380.

(14) Op. cit. (1988) p. 32.

(15) FLISFLISCH, Angel. La Política como Compromiso Democrático. 1987, FLACSO, Santiago, p. 67.

realismo político que requer um comportamento cooperativo entre as partes interessadas, descartando assim o exercício da política enquanto instrumento de poder ("Paradigma do Príncipe"), substituído por uma revalorização da dimensão deliberativa da política.

Porém, como adverte este autor, "não é necessária uma reforma universal dos corações, basta a existência de um grupo de atores que se orientem sistematicamente por estratégias cooperativas em suas próprias relações".(16) A existência em si de uma multiplicidade de organizações da sociedade civil reconhecidas socialmente não garante uma ampliação da democracia, se as mesmas reproduzem em seu interior relações de autoritarismo e excludência, ou se não detêm um nível de conhecimento e informação necessários ao enfrentamento e negociação, ou aos mecanismos de concretização dos objetivos.

A existência de atores democráticos, ou sujeitos políticos que extrapolem uma percepção e conhecimento cotidianos, bem como atuem a nível de modificação da alienação do cotidiano da população, passa então a ser imprescindível neste processo - no sentido de, em busca de uma sociedade efetivamente democrática, extrapolar os limites de uma democracia liberal (eleições periódicas, pluripartidarismo, garantia da lei, etc) tendo em vista a eliminação progressiva de todo tipo de exploração econômica e dominação política, cultural-ideológica.

(16)Op. cit., p. 73.

2.2. O Cotidiano e a Constituição de Sujeitos Democráticos

A importância do cotidiano encontra-se no fato de justamente ser o mesmo uma esfera vivenciada por todos, sem exceção, e indispensável para a reprodução da vida.

Se por um lado vem sendo alvo de múltiplas investidas por parte do sistema dominante; por outro, o cotidiano vem sendo crescentemente considerado como espaço de revalorização de práticas democráticas, enquanto instância principal para a avaliação da qualidade das relações sociais, bem como potencial de expansão e efetivação de novos valores.

A importância do cotidiano, de acordo com LECHNER, está justamente no fato de que, "em lugar de reduzir os processos microssociais ao plano do indivíduo (em contraposição à sociedade), haveria que visualizar a vida cotidiana como uma cristalização das contradições sociais que nos permitem explorar na 'textura celular' da sociedade alguns elementos constitutivos dos processos macrosociais".(17) A subjetividade torna-se elemento importante na compreensão e transformação das relações sociais, enquanto arcabouço de produção e mudança nas condições objetivas.

Agnes Heller nos oferece uma grande contribuição ao entendimento do que designa como "esfera insuprimível de todo o ser humano", ou o cotidiano. Situando-se na linha dos teóricos 'socialistas libertários', Heller analisa a esfera do cotidiano procurando demonstrar que é possível a sua transformação no sentido de uma nova forma

(17)Op. cit. (1988) p. 65.

de vida, onde a liberdade não se contrapõe à justiça e à igualdade.

A qualidade da vida, a constituição de uma individualidade democrática, a subjetividade nas relações sociais são então algumas de suas principais preocupações, sendo a ética imprescindível na construção de uma sociedade onde sejam reduzidas ao mínimo todas as relações de subordinação e domínio. Assume assim, uma postura teórico-filosófica procurando compreender as relações sociais no sentido da busca de um ideal social-utópico (socialismo), defendendo como princípios universais ou valores-guia de ação social a liberdade, felicidade, vida, justiça, humanidade, entre outros. A vida cotidiana enquanto "base do processo histórico-universal"(18), torna-se um ponto chave para um projeto socialista, já que qualquer outro projeto que não levasse em conta essa esfera teria um caráter autoritário para a autora, cuja teoria, elaborada na década de 70, sofreu grande influência de Lukács de quem foi discípula durante aproximadamente 20 anos.

No entanto, o cotidiano enquanto objeto de análise sociológica remonta à década de 40 quando Henri Lefebvre, um dos pioneiros na discussão da cotidianidade - filósofo marxista e então membro do partido comunista francês - apresenta uma acentuada crítica da vida cotidiana no mundo moderno. Apesar de analisar o cotidiano da sociedade francesa a partir do que considera seu surgimento no final do séc. XIX com o advento do "mundo da mercadoria", Lefebvre contribui para a compreensão do fenômeno da cotidianidade no mundo capitalista, tornando a sua análise frutífera para a nossa sociedade. Denominando a sociedade capitalista moderna como "sociedade burocrática de consumo di-

(18)HELLER, A. (1977), op. cit., prefácio.

rigido"(19), o autor vislumbra o cotidiano enquanto objeto maior das estratégias e ações do poder dominante, sendo portanto uma esfera onde o homem torna-se pré-fabricado, condicionado, dirigido através de uma exploração racional característica da sociedade capitalista, "terrorista" - sociedade onde reina o terror difuso; onde o auto-castigo, a punição são interiorizados descartando-se a ação de um ditador; onde a "diferença entre a consciência dirigida desde fora e a que se dirige a si mesma desaparece, posto que o que aparece como o interior não é mais que o exterior investido e disfarçado, interiorizado e legitimado".(20)

De acordo com Lefebvre, até o séc. XIX não existia o reino da cotidianidade, já que havia "estilo no seio da miséria e opressão ...; havia obras mais que produtos".(21) Com o surgimento da sociedade burguesa constituiu-se o reino da cotidianidade, da rotina, da massificação que trouxe imbuído o fim da individualização, da subjetividade criadora que dava sentido aos objetos, atos, gestos; ao estilo. A publicidade, a indústria cultural, enfim, o processo de industrialização e crescente transformação das relações de produção proporcionou, segundo o autor, a comercialização e mercantilização generalizada da vida e daí o surgimento do cotidiano alienado.

Ao caráter extremamente negativo depositado no cotidiano pelo autor, contrapomos a análise Helleriana; não enquanto opostos, o que seria uma simplificação abusiva de ambos, mas no sentido de, com-

 (19) LEFEBVRE, Henri. La-Vida-Cotidiana-en-El-Mundo-Moderno. Madrid, Alianza Editorial, 1972, p. 79.

(20) Op. cit., p. 189.

(21) Op. cit., p. 52.

preendendo a cotidianidade enquanto indispensável à reprodução da vida, a sua forte massificação e rotinização não significa para Heller uma desvalorização desta esfera, ao contrário, percebe-se na mesma um potencial de superação social. O indivíduo e o cotidiano assumem importância crucial em sua elaboração teórico-filosófica, buscando formas de entendimento e superação daquilo que considera característica básica do cotidiano: a alienação dos indivíduos. Para a construção de um socialismo radical (sociedade isenta de relações de subordinação e domínio), Heller procura demonstrar que tal alienação é produto de um processo histórico e não teleológico. Ressalta que

"os homens têm se adaptado ao mundo em que têm nascido, sem adquirir frente a ele uma atitude em que se objetivasse a totalidade da pessoa ... não têm elaborado uma relação consciente (autônoma, ativa) para com a genericidade. Porém, este tipo de passividade constitui um fenômeno de alienação, relacionado com a cotidianidade somente como "fato histórico" e (não como categoria) ... negamos que se trate de um fato absoluto". (22)

De acordo com Heller, o cotidiano é uma esfera insuprimível de todo o ser humano, uma vez que é nele onde o mesmo encontra-se inteiro, com todas as suas múltiplas atividades, habilidades, emoções. A heterogeneidade e conseqüente hierarquia da vida cotidiana são indispensáveis para a condução e reprodução normal da vida, no sentido da satisfação das múltiplas necessidades. Para tanto, alguns esquemas de comportamento e de conhecimento são característicos da vida cotidiana como o pragmatismo ou o imediatismo entre teoria e práxis; a probabi-

(22) HELLER, op. cit. (1977) p. 99.

lidade, a imitação e a hipergeneralização⁽²³⁾. O pensamento e o saber cotidianos são destinados a resolver problemas diários, sendo também heterogêneos já que "as formas heterogêneas de atividade devem ser realizadas em concomitância recíproca e em um tempo relativamente breve".⁽²⁴⁾

Apesar do antropomorfismo ser característica básica do pensamento cotidiano, o grau de sua incidência é determinado pelo contexto social. Nesta perspectiva, o conhecimento da origem dos fenômenos sociais tais como as relações de poder, de dominação, etc ..., ultrapassando uma visão imediata do homem e do mundo é possível em um cotidiano não alienado. Afinal, "o homem vem dotado somente de características particulares e genericidade muda, e é somente o mundo que desenvolve nele tanto a genericidade consciente quanto o comportamento baseado na particularidade".⁽²⁵⁾ A alienação é um fenômeno histórico, e é para Heller, "a muda união entre a particularidade e a genericidade", ou seja, a vida voltada para o indivíduo particular sem consciência, ou sem uma postura voltada para o gênero humano. "O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico ... a particularidade expressa não apenas seu ser isolado, mas também seu ser individual".⁽²⁶⁾ O genérico humano também está contido no EU, já que esse

(23) Em outro texto a autora coloca que: "Se nos dispuséssemos a refletir sobre o conteúdo de verdade material ou formal de cada uma de nossas formas de atividade, não poderíamos realizar nem sequer uma fração de atividades cotidianas imprescindíveis; e assim, tornarse-iam impossíveis a produção e a reprodução da vida da sociedade humana". HELLER, A. O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2. ed., 1985, p. 30.

(24) HELLER, op. cit. (1977), p. 102.

(25) HELLER, op. cit. (1977), p. 185.

(26) Op. cit. (1985), p. 20.

EU é produto e expressão das relações na qual está inserido. Romper esta muda relação significa que o indivíduo deixa de viver só em função de suas necessidades pessoais, particulares, submetendo-as às necessidades e interesses da integração social. A desalienação significaria o processo de rompimento com um comportamento que é fortalecido e reproduzido nas sociedades capitalistas: o de estar voltado somente para o eu-particular, onde seus atos e interesses articulam apenas o engrossamento da particularidade; para uma postura onde não haja contrariedade entre o desenvolvimento particular e o genérico.

A alienação extrapola essa perspectiva subjetiva, passando pelas relações na esfera da produção (sendo a propriedade privada, as relações de troca e a divisão do trabalho as mediações do processo de reificação), ultrapassando a estrutura de classes- como sugere também Castoriadis, uma vez que apresenta-se como a "autonomização" das instituições com relação à sociedade⁽²⁷⁾. No sentido de que, sendo historicamente determinadas e justificadas pelo seu aspecto funcional, as instituições extrapolam este aspecto na instituição de um imaginário social que encobre as relações estabelecidas: "a alienação é a autonomização e a dominância do momento imaginário na instituição que propicia a autonomização e a dominância da instituição relativamente à sociedade".⁽²⁸⁾ Transformar o imaginário instituído pela práxis autônoma dos homens e rebelar-se contra a alienação, contra as condições de opressão, de poder, violência e manipulação, cuja cara real "desaparece no anonimato coletivo, na impessoalidade dos mecanismos econômi

(27) CASTORIADIS, Cornelius. A-Instituição-Imaginária-de-Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2. ed., 1986, p. 139.

(28) CASTORIADIS, op. cit., (1986), p. 159.

cos do mercado' ou da 'racionalidade do plano''; (29) é imprescindível num projeto socialista.

Nos termos de Heller, as relações sociais, o sistema econômico, as instituições políticas, enfim, a cadeia de objetivações sociais que formam a nossa sociedade está predominantemente voltada para a supremacia da particularidade no cotidiano, e conseqüentemente para a reprodução da atual distribuição de riqueza e poder. Poucos indivíduos, segundo Heller, conseguem romper com esta cotidianidade, elevando-se como sujeitos democráticos. Apesar de ser uma esfera-objeto de múltiplos mecanismos de dominação e exploração, o cotidiano, estando inserido e inter-relacionado em todas as esferas sociais, apresenta um potencial de rupturas com a alienação. De acordo com Heller, a vida é um contínuo objetivar-se, ou seja, um contínuo transformar-se em atos, em exteriorização de sentimentos, habilidades, atitudes, e, ocorre a objetivação em um duplo sentido, ou seja:

"por uma parte, é o processo de contínua exteriorização do sujeito; por outra é também o perene processo de reprodução do particular. No infinito processo de exteriorização se forma, se objetiva, o mesmo particular. Se estas objetivações ficam sempre ao mesmo nível se 'se repetem', o particular também se reproduz sempre ao mesmo nível; ao contrário, quando as objetivações são de novo tipo, contêm o novo, têm alcançado um nível superior, também o particular se encontra em um nível superior em sua reprodução". (30)

Há, segundo Heller, as objetivações cotidianas (vestir, ali-

(29) CASTORIADIS, op. cit. (1986), p. 131

(30) HELLER, op. cit., (1977), p. 97.

mentar-se) necessárias à reprodução da vida, como há também, entre uma multiplicidade de objetivações sociais, aquelas que propiciam o aniquilamento de posturas democráticas ou o próprio sentimento de pertencer e agir como coletividade (instituições estatais, ideologia dominante ...); como ainda existem aquelas objetivações como a política, a filosofia, a ciência, entre outras, que proporcionam a relação consciente com a genericidade (como também podem servir para a alienação). A existência de: uma moralidade baseada em princípios libertários; de uma ciência preocupada com a eliminação da exploração e com a melhoria da qualidade de vida; da arte enquanto salvaguarda e impulsionadora de necessidades voltadas à genericidade; de uma religiosidade que estimule a produção de valores e práticas de caráter democráticos; enfim, de uma variedade de objetivações que estão voltadas à valorização de uma existência humana mais digna, é um aspecto considerado extremamente positivo, uma vez que, penetrando no cotidiano, permitem a sua reorientação no sentido de uma democratização da sociedade.

Os movimentos sociais seriam objetivações importantes enquanto potencialidades de constituição de sujeitos democráticos, já que através do sistema de necessidades observa-se um entrecruzamento de valores, perspectivas, estilos de vida que poderão contribuir para um processo de emancipação social. Não enquanto um processo definido a priori, pré-estabelecido, e sim contraditório, um constante por-fazer, sujeito a reversões e estagnações.

Silva-Telles⁽³¹⁾, por exemplo, mostra como pequenos eventos

(31) SILVA-TELLES, Vera "Anos 70. Experiência e Práticas Cotidianas. In: KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (org.). A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985). Porto Alegre, L&PM, CEDEC, 1986.

como clubes de mães, grupos de reflexão, sindicalistas de base, grupos de CEBs, indivíduos isolados com histórias de vida bastante diferenciadas se entrecruzam num determinado período histórico (década de 70 nos bairros de São Paulo), permitindo através dessas trocas de conhecimento, experiências, a construção de uma nova práxis social. E o que Evers⁽³²⁾ denominaria de construção de uma nova sociabilidade pautada por novos valores (solidariedade, dignidade, justiça), em detrimento dos valores de poder, posse, riqueza, hegemônicos em nossa sociedade.

Os movimentos de bairro permitem um objetivar-se para além das fronteiras da particularidade; mesmo quando constatado que as manifestações são por demandas concretas e pontuais, geralmente desvanecendo com sua satisfação; apresentando como potenciais de uma subjetividade genérica através da aquisição de novos conhecimentos, experiências, que vão alongando a visão de mundo, concepções de vida; extrapolando assim a percepção cotidiana estabelecida.

Barreira, ao se reportar às influências da igreja e partidos políticos junto aos movimentos sociais urbanos, demonstra, apesar de algumas contradições⁽³³⁾, a importância desta interação também no que se refere à ampliação das lutas para outros bairros, bem como suas manifestações na esfera pública, contribuindo para um processo de gene-

(32) EVERS, op. cit., (1984).

(33) O autor discute a dificuldade de auto-avaliação por parte destas instituições na sua interação com os movimentos. No caso da Igreja, confunde-se com o próprio povo tornando a sua externalidade quase imperceptível; e quanto à perspectiva partidária, a "admissão de pluralismo e convivência com diferentes posições é rara. A percepção da conquista do poder como finalidade última da organização dificulta a aceitação de práticas diferenciadas e provoca a luta por hegemonia no interior dos movimentos. BARREIRA, Irllys A. Incômodos Hóspedes? Notas sobre a Participação da Igreja e dos partidos Políticos nos Movimentos Sociais Urbanos. In: KRISCHKE, P. e MAINWARING, Scott (org.), 1986, op. cit., p. 148.

ralização. Seria este processo de entrecruzamento e construção de objetivações sociais o que permitiria a constituição de sujeitos, atores democráticos. De acordo com Evers,

"se o processo de emancipação jamais se conclui, também é permanente o processo de constituição de seus sujeitos. Portanto, nenhum indivíduo e nenhuma coletividade podem ser considerados sujeitos totais. São, em vez disso, portadores de fragmentos de subjetividade enquanto conseguirem superar alguns aspectos da alienação e construírem características iniciais de uma identidade autônoma". (34)

Mais adiante coloca também que

"não há dúvidas de que sempre que um passo na direção da des-alienação é dado com a ajuda alheia, ele contém um elemento de re-alienação e deve ser dado novamente pelo beneficiado. Qualquer fragmento de alienação que é superado de forma autônoma por um indivíduo ou por um grupo deixa de existir definitivamente". (35)

Heller denominaria 'catarsis' ao momento de ruptura com o elemento de alienação, ou a irreversibilidade na eleição de um valor genérico. Isso não significa uma postura de purismo onde o indivíduo torna-se totalmente desalienado, já que é um movimento contínuo e nunca com um fim determinado. No entanto, propicia a tomada de posições, de um comportamento voltado para a coletividade. Seriam os indivíduos políticos 'dirigentes', não enquanto posições que ocupam em determinado contexto social, mas enquanto "exercício da atividade que tenha alcançado o nível necessário para extrair suas decisões diretamente da genericidade; que esteja em condições de tomar decisões políticas" (36)

 (34) Op. cit., (1984) p. 20.

(35) Op. cit., p. 23.

(36) HELLER, op. cit., (1977) p. 175.

cujo conhecimento extrapole a esfera do cotidiano, apresentando clara percepção dos interesses em jogo, das relações de poder, enfim, das contradições estabelecidas.

Em outro texto, a autora enfatiza a relação da ação política enquanto atividade levada a cabo por cidadãos não apenas que atuam no seio das organizações políticas estabelecidas e legitimadas, mas também que, fora destas, atuam no sentido de "transformar agravos privados em questões públicas, ou ainda manejar ou mobilizar outros para que manejem assuntos sociais ou privados recorrendo a idéias políticas universais ou gerais, aos direitos e normas democráticas".(37) O exercício da cidadania requer, assim, "virtudes cívicas"(38) que seriam comportamentos, características de caráter relacionadas a valores socialmente tidos como de caráter universal. Os valores considerados universais para a autora, ou os princípios de uma atividade política democrática seriam os de "igual liberdade para todos" e "igualdade de oportunidade de vida para todos", combinados com o "valor condicional de igualdade"; e ainda o valor da racionalidade comunicativa Habermasiano, "cujo discurso racional seria o procedimento ótimo (o melhor) no alcance da 'coisa comum'; para a justiça na deliberação e contestação dos valores em voga".(39)

As virtudes cívicas seriam então aqueles comportamentos que, baseados nos valores levantados, propiciariam a radicalização democrática da sociedade, fazendo com que "a cidade seja o que deve ser: a soma total de seus cidadãos, contribuindo ao bem-estar de todos".(40)

 (37)HELLER, A. e FERENC, F. Op. cit., (1989), p. 219.

(38)HELLER, A. e FERENC, F. Op. cit., (1989), p. 215-31. Também em HELLER, A. e FERENC, F. Anatomia de La Izquierda Occidental. Península, Barcelona, 1985.

(39)HELLER, A. e FERENC, F. Op. cit., (1989), p. 223-24.

(40)Op. cit., p. 231.

A "coragem cívica", ou seja, a valentia ao defender uma causa justa; ao tornar pública uma questão de interesse de uma coletividade; ao questionar uma ordem estabelecida (seja no interior de um partido, instituição, Estado) que contradiga aos valores apontados; e inclusive a auto-crítica, seria uma virtude cívica, acompanhada da "tolerância radical", ou do reconhecimento de todas as necessidades, formas de vida, desde que isentas da utilização de outros como meios ou de qualquer tipo de relação de dominação e exploração. Tolerância aqui não no sentido liberal de passividade e indiferença a outras formas de agir e pensar, mas de estabelecimento de uma discussão racional sobre as diferenças, permitindo uma troca e revisão dos valores e práticas vivenciadas. Também a virtude da "solidariedade" no sentido de extrapolar uma determinada classe, grupo e categoria social, tendo em vista a eliminação do sofrimento, opressão, violência da humanidade de maneira geral. Ainda a virtude da "justiça" ou avaliação dos procedimentos e atitudes baseada nos princípios destacados, além da "sabedoria" na avaliação, no julgamento das ações e capacidade de participar no "discurso racional".

Heller admite a remota possibilidade de aceitação e acatamento geral destes princípios, uma vez que os interesses em jogo na ação política são predominantemente imbuídos de valores adversos aos que propõe, já que o sistema social impulsiona à passividade, apatia política, à tolerância liberal, ao individualismo burguês. No entanto, caracteriza a sua utopia como

"utopia racional", ou seja, "utopia que, enquanto idéia reguladora, serve para guiar uma ação presente em consonância com suas metas estabelecidas e sua dinâmica real... as ações relacionadas com uma utopia são racionais se cremos que a utopia pode realizar-se através de nossas ações, ou seja, existe a possibili-

dade de generalização de uma mentalidade utópica nas ações".(41)

Algumas dessas virtudes são observadas nas práticas sociais, podendo passar por um processo de generalização ou acatamento crescente.

Existe um potencial democrático nas relações sociais quando se vislumbra práticas cujos interesses extrapolam o imediatismo cotidiano em prol da generalização da cidadania. Os movimentos de bairro, ou as entidades representativas da sociedade civil seriam alguns exemplos de práticas com potencial de generalização dessa utopia. Sader(42), por exemplo, mostra como diferentes "matrizes discursivas", se entrecruzam nos bairros populares de São Paulo na década de 70, constituindo um alargamento das práticas coletivas no sentido de uma maior politização da população, que desemboca no grande movimento das "diretas já". Nesta perspectiva, a formulação Helleriana de sujeitos democráticos vai além da postura Gramsciana acerca dos intelectuais orgânicos, uma vez que, apesar de conceber a importância do senso comum, do conhecimento cotidiano para a transformação das relações sociais tendo em vista a sociedade socialista - rompendo assim com uma postura elitista de "partido de vanguarda" (apesar de manter ainda a influência Leninista da supremacia do partido nesta tarefa) - Gramsci, de acordo com NUN(43), acaba caindo num reducionismo de caráter racionalista.

(41)HELLER, A. e FERENC, F. Op. cit., (1985), p. 144.

(42)SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

(43)NUN, José. Elementos para uma Teoria de la Democracia: Gramsci y el Sentido Común. In: Revista Mexicana de Sociologia, 49(2) abril/junho de 1987.

NUN ressalta a tentativa de Gramsci em integrar uma visão racionalista - o marxismo ou filosofia da práxis; como "matriz interpretativa de validade permanente e universal, com uma postura historicista, ou seja, a relativização desta interpretação situando-a no contexto de uma sociedade".(44) Existe em Gramsci uma racionalidade de caráter universal (filosofia da práxis), com uma disposição teleológica (sociedade regulada) que - apesar da relativização social e da não arbitrariedade na introdução ao senso comum (e é este o papel do intelectual) - são considerados a verdadeira força de libertação da humanidade, cabendo ao proletariado a liderança, enquanto classe que detém o destino de fazer mover o motor da história, neste processo, cujo desfecho já é de antemão racionalmente atribuído.

Não negando o papel e a importância da classe operária para uma transformação nas relações sociais, e sim questionando a teoria que atribui às classes ou apenas a uma classe e ao seu partido e intelectuais o poder de transformação, Heller adota uma postura pluralista, negando ao mesmo tempo o apriorismo na constituição dos sujeitos ou uma visão essencialista da história(45)

Não existem garantias de um fim, ou de uma linearidade na constituição dos sujeitos, cujo cotidiano é esfera fundamental da liberdade e particularidade. Há uma diversidade de práticas e mudanças de posições de acordo com os objetivos, interesses, limites desse jogo que é a prática política. Apesar da validade da intenção em transformar as relações estabelecidas, da autenticidade das intenções de fazer

(44)Op. cit., p. 28.

(45)HELLER, (1977), op. cit., prefácio.

da auto-determinação social um valor supremo, não há garantias de uma generalização. As tendências opostas, o imobilismo cotidiano, os mecanismos de controle, entre outros, são limites sérios na generalização desta utopia. E necessário, como coloca LECHNER, um realismo político que leve em conta a "liberdade do outro"(46), uma vez que o resultado de nossas ações não tem uma garantia pré-definida. E na própria relação que as ações e seus resultados vão se desencadeando, sendo que a liberdade do outro de pensar e agir determinam mudanças nos projetos, tornando-os permeáveis a constantes modificações. Para diminuir o risco de erro de uma determinada práxis social, é necessário o conhecimento das relações em jogo, tornando as expectativas mais reais acerca do comportamento do outro.

Porém, assumir a incerteza desta relação enquanto liberdade do outro como participante com suas próprias expectativas, significa tolerância radical e o reconhecimento do outro, do diferente, como indispensável a um processo democrático. "Precisamente um processo democrático nos permite (nos exige) apreender que o futuro é uma elaboração intersubjetiva, e que.. a liberdade do outro, sua incalculabilidade, deixa de ser uma ameaça a nossa identidade para ser a condição do nosso crescimento".(47)

Enfim, não existe uma fórmula única para a caracterização de um indivíduo ou organização enquanto democráticos. O que existe são regras e princípios que se obedecidos, nos levam a uma forma de agir, seja na arena da política institucional, seja na própria cotidianidade, que reduz drasticamente o fenômeno da manipulação e opressão.

(46) LECHNER, (1988), op. cit., p. 29.

(47) LECHNER, (1988), op. cit., p. 29.

A complexidade dos fenômenos sociais somada à precariedade de uma institucionalidade democrática em nosso país tornam extremamente difícil esta forma de agir, que requer rupturas profundas com uma cotidianidade alienada e alienante, com a institucionalidade social, política e econômica dominante. Isenta de um fim pré-estabelecido, a trajetória de pessoas, grupos e organizações vai se estabelecendo num entrelaçamento de valores, crenças, necessidades que são diferentes, ambíguos e conflitantes.

A trajetória da UFECO não foge a esta regra. A constituição de uma federação de entidades comunitárias geralmente traz implícito um sentimento e percepção de fortalecimento dos movimentos de bairro, no sentido de superação de uma fase de caráter reivindicativo, localizado, particularista - para uma fase de maior politização, uma vez que a perspectiva de atuação se torna mais abrangente, com objetivos mais amplos de intervenção a nível das políticas públicas de maneira geral. Daí a importância da constituição de uma União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO, enquanto instância legítima e alternativa de representação de interesses na esfera pública, representação esta rica em contradições e ambiguidades. Se por um lado vem a partir de sua fundação se fazendo presente - enquanto representante das entidades de bairro junto aos órgãos governamentais, através da participação em Conselhos Municipais, em debates políticos, encontros, reivindicações populares; reivindicando e formulando propostas tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população - a UFECO vem também sofrendo uma série de dificuldades, seja a nível de conflitos internos - diversidade de interesses, objetivos, necessidades - seja no relacionamento com o poder público, com as instituições políticas e da sociedade civil de maneira geral.

Ao seu caráter de classe (cuja importância consideraremos), soma-se a dimensão variável da subjetividade enquanto fator determinante no delineamento da trajetória da entidade, que apresenta um processo de democratização onde avanços e recuos caminham sem uma ordem evolutiva pré-estabelecida.

Os fatores de descontentamento e rupturas internas, bem como a gestão dos "Independentes" a partir de 89, serão abordados no próximo capítulo - que apresenta uma rápida trajetória da entidade com o intuito de demonstrar as ambiguidades, possibilidades e limites de uma prática que se propõe democrática - questões estas que serão discutidas no capítulo subsequente, retomando os pressupostos teóricos aqui apresentados.

CAPITULO III - A TRAJETORIA DA ENTIDADE: AVANÇOS E CONTRAPONOTOS

3.1. Do Consenso ao Desencanto

A partir de 85 a história dos movimentos de bairro em Florianópolis vem se desencadeando no sentido de uma atuação mais coletiva na arena pública, numa conjuntura nacional favorável ("Nova República"). A articulação de aproximadamente 23 bairros tendo em vista uma intervenção popular na gestão municipal, através principalmente da participação na elaboração do orçamento municipal e da fiscalização dos serviços públicos, inaugurou uma nova relação política no município. Com a vitória do PMDB na prefeitura, houve a criação de espaços para a participação de representantes comunitários na administração municipal, como uma Coordenação de Movimentos Sociais na Prefeitura, a organização de seminários para a discussão do orçamento municipal, ou ainda a instituição de Conselhos Municipais sobre questões específicas com representação popular. Com a entrada do PMDB na Prefeitura, os antigos conselhos comunitários se aproximam da articulação entre os bairros, tornando mais disperso o quadro de tendências da mesma, e conseqüentemente mais difusa a construção de uma identidade comum.

Com a saída da "Periferia", a articulação passa a ser gerida pelos "Independentes" e "Conservadores", e a UFECO é fundada com uma série de fragilidades, já que a participação diminuída das organizações consideradas "combativas", soma-se a conjuntura política (eleições estaduais), com a interferência da FAMESC minando uma fidelidade aos princípios de autonomia comunitária, em proveito de interesses po-

lítico-eleitorais.

Assim é que a UFECO nasce com uma representatividade frágil, carecendo de uma discussão clara e aprofundada sobre a sua política de atuação, discussão esta que fica na retaguarda de um processo onde a tomada da direção passa a ser prioritária, ou onde a disputa pela distribuição de cargos na diretoria centraliza os acontecimentos na sua fundação; disputa que acaba estabelecendo um determinado consenso com tolerância a uma determinada diversidade⁽¹⁾, desde que submetida a uma unidade que tivesse em vista o "bem-comum" da coletividade.

Majoritariamente de classe média, com a diretoria na sua maioria constituída por funcionários públicos, a UFECO nos primeiros meses de mandato, preocupa-se com a estruturação da entidade, cuja sede, inicialmente em um conselho comunitário considerado de direita, passa, após alguns meses para uma sala da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Comunitário do governo estadual, com a manutenção e recursos materiais provenientes da própria Secretaria.

A participação nos Conselhos Municipais criados pelo governo Andrino, bem como a coordenação das discussões do orçamento municipal de 88 foram as atividades principais no primeiro ano do mandato (2 anos), além da elaboração de algumas propostas como a transferência de 10% do IPTU para as entidades organizadas (reprovada pela Câmara), ou ainda a participação em algumas reivindicações organizadas pelos filiados.

(1)A composição da chapa obedece a uma lógica de equilíbrio entre as duas tendências, tendo a presidência ficado a cargo de um "Independente"(PCB), além de outros cargos como secretário, tesoureiro (PT) e coordenadores de área(PMDB), alternados com membros do grupo dos "Conservadores" (PDS, PFL).

No entanto, o consenso⁽²⁾ inicial vai progressivamente sendo substituído por uma radicalização de posições, desembocando em uma ruptura com a saída de alguns "Independentes", que alegam o desvirtuamento progressivo dos objetivos da entidade. Boschi levanta que

"se de um lado a estrutura federativa que envolve grande número de associações terá mais peso como porta-voz da população carente, com isso facilitando o encaminhamento das demandas, de outro, ela pode caracterizar-se como uma arena de disputa e competição política que resultará em faccionalismo e enfraquecimento dos vínculos entre as lideranças e suas bases".⁽³⁾

A diversidade de interesses em jogo, soma-se a dificuldade de auto-manutenção, a pouca representatividade e a constante ameaça de cooptação, como fatores de conflitos na entidade - conflitos estes, que de acordo com os "Independentes", vêm à tona já na própria posse da diretoria. Na posse houve a participação e reconhecimento da FAMESC pelo então presidente da UFECO, sendo isto apontado como fator de indignação, devido ao atrelamento da FAMESC ao PMDB - tendo seus líderes claros interesses de ocupação em postos do governo, o que veio a se confirmar com a vitória de Pedro Ivo no governo do Estado.

"O convite da FAMESC na posse da UFECO... aquilo era uma questão de honra já que do jeito que a FAMESC foi

(2) Consenso aqui no sentido de, respeitadas as diferentes posições político-partidárias, buscar manter uma unidade no sentido de participação e representação frente às questões gerais do município.

(3) BOSCHI, R. e VALLADARES, L. (1983) op. cit., p. 49.

formada era uma afronta a participação na posse... isso já começou as divergências".(4)

Também a questão da sede foi apontada como fator de conflito. Vale ressaltar que o processo de constituição da UFECO, que vinha sendo encaminhado no sentido de se alcançar a maior representatividade possível, sofreu, com o reconhecimento da FAMESC e a entrada de alguns conselhos atrelados (e a conseqüente saída da "Periferia"), uma acentuada queda quanto ao respeito a tal princípio - tendo sido considerada "precipitada" a sua formação e questionada a sua legitimidade. Além disso, poucas associações em Florianópolis apresentavam nessa época (86,87), uma história de combatividade e autonomia, tendo sido na grande maioria formadas a partir de 86 com a entrada de Andrino na Prefeitura. Há ainda que salientar o interesse dos conselhos comunitários numa aproximação com o governo do Estado, não apenas para garantir a continuidade da manutenção de sua estrutura instalada, mas com fins de negociação de cargos políticos. A construção de uma sede própria, separada do governo, e da federação estadual de maneira geral tornou-se muito mais difícil neste contexto, optando-se pela dependência ao governo do Estado - o que, conseqüentemente torna-se fator de descontentamento por parte daqueles que viam a bandeira de autonomia sendo substituída na prática pela dependência e atrelamento progressivo ao PMDB no governo do Estado:

"A gente queria autonomia e fizeram a sede dentro da FUCADESC, e como era entidade de controle, repressão, cooptação, a gente achava que federação municipal não

(4) Trecho de entrevista com membro da primeira diretoria que se afastou da mesma após alguns meses de mandato (1988).

podia ser montada em cima disso".(5)

Apesar destas divergências, o grupo inicial se manteve ainda por mais alguns meses, com uma política de atuação que privilegiava o "diálogo" e a negociação em detrimento de práticas mais "radicais" - consideradas características da "Periferia"; numa linha de ocupação dos espaços abertos pelo poder público. Assim é que a representação popular nos conselhos municipais de transporte, turismo e desenvolvimento passa a ser de responsabilidade da UFECO, que indica nomes para a sua composição sem o estabelecimento prévio de uma política, o que vai determinar uma participação de caráter pessoal, pragmática e extremamente vulnerável - transformando rapidamente a entidade e sua diretoria numa somatória de indivíduos distribuídos em diversas atividades, sem uma política concreta e sem poder de mobilização.

"Faltou uma presença da UFECO mais marcante a nível por exemplo municipal, porque uma entidade de associação de moradores está preocupada com as questões específicas do bairro, mas tem uma série de questões que dependem de toda uma conjuntura que extrapola a comunidade. Então é necessária uma posição que intervenha a nível municipal, com propostas a nível de transporte, turismo, meio ambiente, e não temos nenhuma".(6)

Também a organização da discussão do orçamento municipal de 88 é assumida pela UFECO, sendo a participação popular na elaboração do orçamento não apenas uma reivindicação da articulação das entidades a partir de 85, como também fazendo parte do projeto de governo do

(5) Idem nota 4.

(6) Idem nota 4

PMDB - que aliás toma a dianteira a nível nacional a partir de 78 quando da conquista de prefeituras pelo PMDB, e em 82 pelos governos estaduais de oposição, na elaboração de estratégias de "participação popular" na administração da coisa pública.

No entanto, de acordo com Souza⁽⁷⁾, não há necessariamente uma vinculação entre participação e democracia, principalmente quando a iniciativa é estatal. O que há é um certo purismo nas tendências que percebem o fato de o "cidadão" se fazer presente nestes espaços criados como participativos e democráticos por si mesmos, não se questionando a própria necessidade ou carência, ou ainda o conhecimento do cidadão, em detrimento do técnico ou político; além da grande heterogeneidade de necessidades e interesses entre os participantes, o que dificulta um processo participativo-democrático, que geralmente acaba num corporativismo disfarçado. Além ainda, da própria burocracia estatal, cujos incontáveis empecilhos camuflam os reais interesses, adversos na sua grande maioria, aos dos setores populares.

A UFECO acaba legitimando um governo de cunho populista e desgastada num processo de elaboração do orçamento que, apesar da participação de setores das organizações de bairro, acaba reproduzindo um mecanismo tradicional e anti-democrático.⁽⁸⁾

(7) SOUZA, Isabel R. O. Gomez. A estratégia participativa de administração pública. In: Revista de Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas, 21(1) jan/mar 1987.

(8) "A alocação de recursos continuou sendo realizada através de critérios técnicos da PMF, e de acordo com os interesses políticos do prefeito. Ou seja, a alocação de recursos do orçamento continuou sendo feita de forma tradicional, através da solicitação das secretarias com base em exercícios anteriores e posterior negociação com o GAPLAN (Gabinete de Planejamento) para adequar os orçamentos setoriais ao orçamento da PMF. Era o tradicional convivendo com o pseudo-inovador". MENDONÇA, Paulo S. Miranda. Avaliação do Processo Orçamentário Popular da Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC no período de 1986 a 1988. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC, dez. 1990, p.158.

Assim é que a não elaboração e explicitação de uma política de atuação por parte da UFECO; a fragilidade na representação junto às entidades de bairro; somadas a uma gestão municipal que se pretendia popular - com o preenchimento de cargos com militantes do "movimento popular" que procuravam abrir espaços às entidades representativas dos bairros, tornando confusa a própria questão da identidade do movimento - acentuam as dificuldades de representação municipal da entidade. Esta acaba em alguns momentos legitimando medidas de caráter anti-popular, como o aumento em 1987 de 86% na passagem do transporte coletivo em virtude da defasagem ocasionada pelo Plano Cruzado, tornando ainda mais questionada a sua atuação perante a sociedade:

"A UFECO respaldava, assinava aumento do transporte coletivo o que era um absurdo". (9)

A opção por uma prática de intermediação estável e rotineira com o governo municipal proporcionou um conhecimento mais apurado das problemáticas em jogo, como no caso da participação nos seminários sobre transporte coletivo, quando da criação do Núcleo de Transportes gerenciado por um militante do PT na gestão Andrino. No entanto, a não generalização desse conhecimento atribui-se não apenas ao baixo grau de participação das bases, cujas lideranças fazem muitas vezes perpetuar, como também ao contrário, ao desinteresse generalizado da população, mesmo quando motivada pelas lideranças; além da heterogeneidade de interesses, perspectivas e estilos de vida:

(9) Trecho de entrevista com dirigente cuja entidade é considerada combativa, mas não filiada à UFECO (1989).

"A UFECO aumentou as passagens de ônibus de curto percurso e diminuiu os de longo percurso, sendo uma maneira de não penalizar o assalariado que vive mais longe ... com a participação no conselho, a gente aprendeu tudo, conheceu sobre pneu, combustível, etc. .. Sobre o aumento de 86%, é muito fácil falar e não conhecer o problema ... tem que ter dados, elementos e não na base do grito, do chute. Os banheiros do terminal foi pressão nossa ... fizemos 500 ou 1000 folhetos para o pessoal participar na discussão sobre o aumento, mas num bairro tem empresário, pescador, funcionário municipal, estadual e outras categorias. No domingo querem jogar bola e ir à praia. Não é fácil. Não há trabalho dos representantes junto às bases ... é a elite decidindo pela comunidade".(10)

A UFECO congrega entidades com diferenças na sua composição social, sendo este um empecilho na constituição de uma identidade devido à heterogeneidade de interesses, necessidades, ideologias. De acordo com Boschi, "as associações mais atuantes e de maior visibilidade são precisamente aquelas que possuem bases mais homogêneas e se situam em áreas geográficas mais claramente delimitadas".(11) Outro complicador é a composição da diretoria da UFECO, sendo na sua maioria de classe média, e ainda funcionários públicos, o que facilita a cooptação dos mesmos pelo Estado. Ainda a estrutura de tipo hierárquico favorece a criação de uma dependência à diretoria executiva, concomitante a um processo de burocratização que vai acentuando ainda mais um distanciamento com as bases.

Assim, apesar de participar nos conselhos municipais(12), de contribuir na organização das discussões do orçamento, da solidarieda-

 (10) Trecho de entrevista com o presidente da 1ª gestão (1989).

(11) BOSCHI e VALLADARES, Op. cit., (1983) p. 102.

(12) As relações do movimento comunitário e o poder público na constituição dos Conselhos Municipais são objeto de investigação do mestrando Francisco Canela.

de a algumas lutas dos bairros, a UFECO não representou, não teve poder de mobilização e não fez crescer o movimento comunitário no primeiro ano de mandato.

No segundo ano, agora já sem a maioria dos "Independentes" que optam pelo "retorno ao trabalho com as bases", os problemas se multiplicam com as eleições municipais de 88, sendo a UFECO utilizada por alguns de seus membros enquanto trampolim eleitoral, sendo vista por várias entidades como um verdadeiro cabo eleitoral:

"A primeira diretoria em sua grande maioria nunca se preocupou com o desenvolvimento comunitário. Ela simplesmente sempre se preocupou foi com o bem-estar pessoal de cada um de seus membros. Tanto que vários deles saíram candidatos a vereador ou intendente ... teve casos que saíram 3 candidatos a vereador de uma única entidade filiada. Isso é um absurdo".(13)

A UFECO apresentava uma postura ambígua com relação à política partidária, já que, apesar de não assumir publicamente uma adesão em campanhas político-eleitorais, com claro discurso de respeito ao pluralismo, "colocando-se a entidade acima dos interesses político - partidários"(14), no sentido de evitar um processo de instrumentalização; ao mesmo tempo, estimulou e apoiou candidaturas das mais diferentes configurações ideológicas, numa perspectiva corporativista, isenta de uma discussão mais aprofundada acerca das relações entre "política comunitária" e "política partidária".

Acrescenta-se a participação da UFECO nas eleições da FAMESC, bem como a constante preocupação com problemas relacionados aos

(13) Trecho de entrevista com membro da primeira gestão, que se afasta no segundo ano do mandato e retorna na segunda gestão (1990).

(14) Estatuto da UFECO (em anexo).

convênios dos Conselhos Comunitários com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Comunitário (STDC)(15), enquanto fatores de grande desgaste da entidade. Apesar da realização de alguns eventos como a organização de um seminário de saúde ou de um debate com o prefeito eleito (Amin, 88) com número expressivo de participantes, passou a ser vista como uma entidade "a reboque" da prefeitura e governo do Estado, sem representatividade municipal, constituindo-se num espaço de auto-promoção pessoal, perdendo totalmente a sua orientação inicial:

"Eu acredito que a UFECO da gestão anterior tem um saldo positivo na medida em que ela se organizou, esteve presente em determinadas situações e ela também viabilizou determinadas questões da união. Agora foi altamente fisiologista, até porque a maioria eram companheiros da direita".(16)

"No início a gente ainda conseguiu fazer alguma coisa e no final ou a partir do primeiro ano ficou um apêndice da prefeitura e do Estado... não tinha organização interna, externa; só nome".(17)

"Era uma entidade imobilista e articulada aos órgãos públicos, sem autonomia e independência que são princípios fundamentais do movimento popular... ressaltando-se, porém, que houve umas poucas vozes isoladas na diretoria passada que tentaram fazer algo de bom".(18)

A desmoralização da entidade acabou sendo assumida pelo presidente, que até então vinha mantendo uma postura de tolerância - não de tolerância radical, enquanto virtude democrática que requer um co-

(15) A partir do segundo ano a questão da FAMESC e dos convênios são temas frequentes nas reuniões da diretoria. Ver Livro de Atas da UFECO - Arquivo da UFECO.

(16) Trecho de entrevista com membro da gestão anterior e atual (1990).

(17) Idem nota 13.

(18) Trecho da entrevista com atual presidente, retirado do jornal "O Comunitário" (UFECO) Ano I, n. 1, nov. 1989.

nhecimento e uma discussão dos interesses em jogo, na luta para que os mesmos estejam acima das questões particulares, evitando a instrumentalização da entidade - mas de simples aceitação da realidade dada. Esta postura acabou sendo questionada pelo mesmo no final do mandato, quando se uniu aos "Independentes", que já vinham a partir de 88 se reunindo e avaliando o processo, numa rearticulação visando a reversão do quadro através de uma diretoria mais atuante e combativa:

"A UFECO sempre foi independente e nossas propostas sempre divergiam da prefeitura... a diretoria tinha uma certa unidade, apesar das divergências que são naturais... no final da gestão alguns membros começaram a querer usar a UFECO para interesses pessoais e servir alguns políticos". (19)

"A gente começou a discutir, se articular para rever a questão da UFECO. De repente nós caímos na mesma posição da igreja, CEBs que na época a gente questionou, que é de se afastar". (20)

3.2. A Retomada da Diretoria

"O primeiro congresso e eleição da primeira diretoria foi mais de boa vizinhança com vistas à criação da entidade. A segunda deve ir numa direção de questionamento, de prática no bairro, com planos de luta definidos; ser mais combativa". (21)

A articulação para a formação de uma chapa de oposição come-

(19) Trecho de entrevista com presidente da primeira gestão (1989).

(20) Trecho de entrevista com o atual presidente (1989).

(21) Trecho de entrevista com membro da primeira diretoria, afastado da mesma após alguns meses de mandato (1988).

ça em meados de 88 quando algumas lideranças procuram rever a situação da UFECO, vislumbrando perspectivas de alteração do quadro vigente tendo em vista as dificuldades apresentadas, somadas à provável vitória da candidatura de Espiridião Amin a prefeito, cuja política vem historicamente sendo caracterizada pela utilização de mecanismos de controle e cooptação, bem como de não negociação com as organizações da sociedade civil.

Através de um discurso de "autonomia e independência", este grupo inicia um processo de articulação com as várias entidades - muitas das quais afastadas já da UFECO; aumentando paulatinamente o número de aliados. Montada a chapa "Pró-UFECO independente", pretende-se a retomada dos objetivos iniciais da entidade com a bandeira de respeitabilidade aos princípios democráticos tais como: representação de base; discussão e negociação com autonomia frente ao Estado; respeito à diversidade desde que obedecidos os interesses maiores da coletividade; passando a ser a legítima representante das entidades de bairro junto ao poder público.

"A chapa pró-UFECO independente nasceu da convicção de algumas entidades a respeito dos seguintes itens:
 1- Respeitadas as diferenças, o que muito nos une; (sic)
 2- E o que nos une é a certeza de que o movimento comunitário representa um avanço na conquista por direitos das comunidades, que vão desde o buraco na rua à participação nas decisões municipais;
 3- Este avanço se faz se garantirmos a independência da entidade com relação a partidos políticos e órgãos públicos".(22)

A clara demarcação ideológica caracterizou o processo elei-

(22)Jornal "O Comunitário" (UFECO), Ano I, n 1, nov./89.

toral da entidade, com a formação da chapa constituída pelos "Conservadores", e a chapa "pró-UFECO Independente", que adotou uma estratégia baseada na legalidade do processo eleitoral, uma vez que membros da outra chapa remanescente da primeira gestão, descumpriram o estatuto, falsificando filiações com o intuito de burlar a eleição e manter-se à frente da entidade. No dizer dos "independentes":

"A gente formou uma chapa sem saber quem era e quem não era filiado porque eles seguravam informações, trancavam documentos e o presidente não tinha acesso aos documentos ... duas entidades não tinham o requisito mínimo de filiação com fraude comprovada". (23)

Através de uma postura ético-jurídica, inclusive com a assessoria da OAB local, foi revisto e alterado o estatuto com relação aos critérios de filiação, sendo aprovado em assembléia em maio de 89. As eleições foram realizadas em setembro, já com a retirada da chapa dos "Conservadores" que previam a derrota, e com maciça vitória dos independentes, que haviam feito uma ampla mobilização de esclarecimento às entidades com demonstração do interesse na reversão do processo.

"Depois de aprovado o estatuto continuamos feito um bando de doidos correndo de entidade a entidade pedindo que se filiasse, cadastrando, e sempre encontrando aquela baita barreira: UFECA não! aquela turma não! Daí a gente teve que fazer toda uma conversa de convencimento: não é assim, a gente pode mudar; a UFECA é importante; é um instrumento de luta ... e fomos convencendo". (24)

(23) Trecho de entrevista com uma dirigente de entidade filiada a UFECA, participante da articulação de oposição (1990).

(24) Idem nota 23.

Os "Conservadores" puseram-se à margem do processo, apesar de manterem-se filiados, e os "Independentes", agora com novas adesões passam à frente da diretoria, na tentativa de reorientação da entidade, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população:

"Uma vez que a gente aceita as nossas diferenças, temos que lutar pelas nossas semelhanças, e algumas coisas nós temos semelhantes. Pelo menos a honestidade na luta por uma coisa genérica, que não vai beneficiar a, b ou c, e sim a cidade como um todo, e esse é o papel da UFECO".(25)

A conquista da direção da entidade por este grupo significou não apenas uma maturidade política na obediência aos princípios democráticos, como um avanço nos discursos desses indivíduos que demonstram uma clara preocupação com as questões mais amplas ou genéricas, em contraposição a interesses particulares (o que não significa que estes estejam excluídos). Ou a preocupação com a construção de uma nova cotidianidade, menos individualista e mais coletiva, através de uma prática que - como veremos no decorrer da análise caracteriza-se por um movimento ambíguo de adesão e contradição aos seus discursos e interesses manifestos.

3.3. As Prioridades Estabelecidas e os Mecanismos de Resolução

Os "Independentes", agora na direção da UFECO, buscam a reversão do quadro de "desmoralização" da entidade, elegendo a questão

(25) Idem nota 24..

do transporte coletivo e do meio ambiente como prioridades, pela centralidade das mesmas no quadro de problemas apresentados pela cidade, além da solidariedade e participação nas reivindicações e mobilizações populares, e da luta por uma institucionalidade democrática, através da participação com representação nos espaços do poder público (Conselhos Municipais, por exemplo), mesmo que em posição de desvantagem para o movimento.

Além da "moralização da entidade", do transporte coletivo e do meio ambiente, outras questões como a votação da lei orgânica municipal, o problema da habitação e saúde do município são objeto de atenção por parte da UFECO, cuja opção por uma atuação eminentemente institucional fica muitas vezes aquém do esperado ou desejado, em se tratando de uma federação municipal.

3.3.1. A Moralização da Entidade

De acordo com a atual diretoria, além de desgastada perante a opinião pública, assumiu-se uma entidade desestruturada, com problemas de ordem burocrático-administrativa. Colocar a casa em ordem internamente e reverter o quadro de desmoralização perante a sociedade foram alvo de preocupação e atuação já a partir da posse:

"Tivemos que recomeçar a construir a UFECO; moralmente e sua estrutura. Fazer uma coisa que justifique uma próxima eleição, para não deixar cair nas mãos dessa gente de novo. Eles estão adormecidos mas não estão mortos. Tivemos que começar não do zero, mas de alguns números negativos. Já havia aversão, coisa que na primeira diretoria não existia".(26)

(26) Trecho de entrevista com membro da nova gestão (1990).

Apesar de considerar imprescindível a total autonomia frente ao Estado, a atual diretoria mantém a sede na STDC, com os recursos humanos e materiais provenientes da mesma, o que é justificado pela situação de impossibilidade ou fragilidade do "movimento comunitário" quanto a sua auto-manutenção. Essa dependência financeira não significa, para o grupo, uma relação de atrelamento com o Estado, já que não existe qualquer vínculo político com o mesmo, apesar de compreender a vulnerabilidade dessa situação:

"Também sede não quer dizer que não é autônoma; autonomia não vai por aí, pelo fato de estar na FUCADESC".
(27)

"Acho o fim da picada a sede na STDC, mas não tem outro jeito no momento, da fragilidade que é a UFECO; por não ter condições de andar com as próprias pernas". (28)

Além do processo eleitoral com a vitória do grupo através de uma postura que demonstrou seriedade e maturidade democrática na condução das eleições, e vontade de recondução dos objetivos da entidade, a elaboração de um jornal enquanto instrumento de divulgação, conscientização e fortalecimento do "movimento comunitário" vão determinando uma paulatina reversão de sua imagem perante os filiados, fazendo crescer seu número (atualmente com 78 entidades filiadas). Com o intuito de maior aproximação com as bases, o grupo inicia um processo de encontros com os dirigentes e membros das entidades filiadas, atra-

(27) Trecho de entrevista com atual presidente (1990).
(28) Trecho de entrevista com atual tesoureiro (1990).

vés da realização de reuniões por regionais⁽²⁹⁾, criando um espaço de troca de experiências, conhecimentos; de maior aproximação numa perspectiva de um fortalecimento do movimento:

"Nós vemos a importância das regionais não só para um conhecimento mútuo, para encaminhar lutas conjuntas que muitas vezes os bairros têm em comum, mas também como uma pedagogia; uma troca, e também vai se conhecendo novos líderes mais ativos, avançados para uma próxima gestão. Também se distribui responsabilidades nestes encontros, se descentraliza o trabalho que fica sempre a cargo de um grupo reduzido da diretoria executiva".⁽³⁰⁾

Percebe-se nestas reuniões por região a distância e o isolamento das organizações de bairro de maneira geral, e uma prática que, apesar da superação dos velhos termos clientelistas das relações políticas tradicionais, caracteriza-se pela primazia no atendimento às reivindicações locais, sem uma perspectiva mais ampla e profunda dos problemas vivenciados, além de uma frágil representatividade de grande parte dos dirigentes das entidades. Mas, enquanto processo pedagógico, estas reuniões permitem organizar e generalizar perspectivas a nível do município, no sentido de estimular uma atuação para além das fronteiras locais de suas entidades:

"Tem gente que está percebendo que tem que se trabalhar no sentido de sair da questão 'água-esgoto', que avance para representar de forma mais articulada as questões a nível municipal... A gente tem que chegar também por outros lados, através de festas, torneios... ter mais ligação com a associação de pais, com o time de futebol, igreja, pois o membro de um é o do ou-

(29) A cidade foi dividida em 7 regionais, quais sejam: ilha sul, ilha norte, ilha leste, ilha centro I, ilha centro II, continente I e continente II.

(30) Idem nota (27).

tro e vai se chegando mais junto... principalmente em Florianópolis, pelas condições da cidade, diferente da cidade grande onde a própria emergência dos problemas faz com que o movimento se articule mais a nível político, com problemas mais violentos, sérios, urgentes; e o próprio movimento sindical... porque as pessoas que atuam nos sindicatos também moram... a nossa realidade é diferente. E temos que considerar as diferenças e descobrir formas de atuação para fazer o movimento avançar". (31)

Vemos que a estratégia de intervenção adotada está baseada em uma compreensão mais profunda do contexto sócio-político e cultural local, demonstrando um conhecimento e perspectivas que superam os necessários para a manutenção ou reprodução da cotidianidade dominante, tendo em vista a generalização de uma nova forma de agir coletivo.

Além do aspecto pedagógico; da possibilidade de atuação conjunta com outros bairros, esses encontros apresentam-se como um espaço de divulgação dos trabalhos da UFECO que, geralmente incompreendida pelos filiados - "o pessoal não sabe para que a UFECO foi criada"; passa a aumentar os vínculos, adquirindo determinada legitimidade perante as bases. No entanto, a postura da UFECO com relação a determinados problemas da cidade como transporte coletivo, meio ambiente e lei orgânica, vem demonstrando que a conquista gradual dessa legitimidade vem acompanhada de uma grande fragilidade na satisfação de suas reivindicações, não apenas pelo novo quadro da administração municipal(32), mas também pela continuidade ou reprodução de uma série de

(31) Idem nota (30).

(32) A gestão de Espiridião Amin até 89, quando deixa o mandato para candidatar-se a senador nas eleições de 90, quando então assume a prefeitura o vice-prefeito Bulcão Viana (PFL). Com a entrada de Amin os espaços abertos por Andriano são fechados (com exceção da criação do Conselho Municipal de Saúde com participação popular e previsto pela SUDs), mantidos assim por Bulcão Viana, apesar de ser considerado mais 'aberto' e 'maleável' à negociação com o movimento popular.

fatores limitativos, apontados já na primeira gestão. Entre estes estão: excesso de atividades para um número reduzido de dirigentes; diversidade de interesses e conflitos no agir dos protagonistas; dispersividade de grande parte dos filiados; dominância de uma lógica de representação sobre uma lógica de participação.

3.3.2. A Questão do Meio Ambiente

Localizada numa ilha privilegiada com uma geografia de grande beleza natural, a capital Florianópolis vem crescentemente sendo assediada pelo turismo, tido como principal recurso para o desenvolvimento da cidade, não apenas pela classe política e empresarial, como pela população de maneira geral. A questão da preservação do meio ambiente, da cultura local, além da qualidade de vida da população de maneira geral, vem sendo alvo de campanhas por parte da UFECO - além do problema do lixo da capital, cujos agravos ao meio ambiente vêm sendo apontados como determinantes do seu urgente tratamento e relocação.

Com relação à questão do turismo, a UFECO vem mantendo uma atuação tímida, cujo único instrumento (de contestação e denúncia de uma política de turismo predatória que vem beneficiando muito mais os empresários do setor em detrimento da população como um todo) é o seu jornal. A participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento⁽³³⁾

(33)O Conselho Municipal de Turismo foi desativado ainda na gestão Andrino, passando a fazer parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento, cuja composição envolve, além de três representantes comunitários, representantes de várias entidades da sociedade civil como UFSC, UDESC, FATMA, OAB; num total de 22 cadeiras, com poder deliberativo. Atualmente desativado.

que atualmente deveria discutir a questão do turismo e meio ambiente, não vem sendo realizada por parte da UFECO que alega a falta do amadurecimento político do "movimento comunitário":

"Temos que discutir, ter uma visão do objetivo e razão desse conselho; a nossa participação só tem sentido na medida em que o pessoal que está ali está realmente representando o movimento. O maior problema é a participação do pessoal, as limitações; cada associação muito isolada com uma participação pequena junto à diretoria". (34)

A falta de um aprofundamento com as bases e a elaboração de propostas para uma efetiva participação do movimento nas discussões e deliberações das políticas públicas, (então apontada como uma fraqueza da primeira gestão pelos "Independentes"), é reproduzida no segundo mandato, justificada agora pela pouca participação dos filiados (numa reorientação dos seus discursos).

Sabedora do desinteresse por parte do poder público na reativação desse conselho, a UFECO vem se mantendo praticamente ausente nessa questão apesar de apontar o meio ambiente como uma de suas principais preocupações.

Diversamente da posição adotada com relação ao turismo, a UFECO vem participando ativamente nas discussões e deliberações sobre o destino do lixo da capital, atuação esta, muito mais fruto do interesse pessoal de alguns dirigentes, do que de uma orientação geral da entidade; o que vem gerando conflitos nas suas deliberações.

O famoso "lixão" (depósito de lixo) de Florianópolis que re-

(34) Trecho de entrevista com atual presidente (1990).

cebe todo o lixo do município e que vinha sendo depositado desde 1956 em um aterro localizado no mangue do Itacorubi - área que veio historicamente sofrendo um acelerado crescimento urbano, sendo atualmente um bairro com numeroso contingente populacional, distando 10 km do centro da cidade - além de causar uma grande destruição ecológica, vem sendo uma ameaça à qualidade de vida da população local. Muitas propostas vêm sendo levantadas para a solução do problema, que só recebe tratamento mais sério em 86, no governo Andrino, quando é realizado um estudo técnico das possíveis áreas para a instalação de um aterro sanitário, culminando na determinação de uma área que foi ferrenhamente contestada por seus moradores, através de uma atuação bastante combativa e amparada em aspectos legais, impedindo a instalação do aterro no local. (35) Em 88 Andrino assina convênio com o prefeito de São José (município vizinho), para a instalação de uma usina de reciclagem e compostagem do lixo naquele município, que deveria receber o lixo da capital. Por problemas técnicos e políticos (reprovada pela câmara de São José), o lixo da capital se mantém na área do mangue, resultando numa série de manifestações daquela comunidade.

Em 89, agora com Amin na prefeitura, é firmado um contrato com uma empresa privada (Formaco-Decorama), estabelecendo-se como destino do lixo uma área da empresa no município de Paulo Lopes, conside-

(35) Sobre o estudo técnico ver: Relatório Interdisciplinar para Estudos dos Resíduos Sólidos - coordenado por Sandra Sulamita Baasch Silveira - Depto de Engenharia Sanitária, UFSC. As três áreas apontadas como satisfatórias para a instalação do aterro foram: Rationes, Rio Tavares e Santo Antônio de Lisboa, sendo esta última determinada pelo então prefeito, o que causou uma grande mobilização comunitária, desembocando na formação de uma Associação de Moradores bastante respeitada pela sociedade florianopolitana, e cujo primeiro presidente faz parte da atual diretoria da UFECO.

rada adequada sob o ponto de vista de um RIMA (Relatório de Impacto ao Meio Ambiente) aprovado pela FATMA (Fundação de Amparo e Tecnologia ao Meio Ambiente do governo estadual). A 60 km da capital, o lixo vem então sendo depositado naquele município, em um aterro a 4.000 metros do Rio Madre - criadouro de peixes, camarões, siris; de importância ecológica inquestionável. Além do aumento nos custos do transporte, que se mantém a cargo da COMCAP (Companhia de Melhoramentos da Capital); do processo de privatização de um serviço público sem a participação da sociedade; da vulnerabilidade ecológica do local, soma-se a vigência de apenas 4 anos do contrato, significando a ausência de uma solução final para o problema.

A UFECO vinha se mantendo à margem das discussões do problema do lixo até o início de 90, quando o seu secretário assume a presidência da entidade, reorientando a sua posição no sentido de participar ativamente na polêmica do lixo, numa atuação conjunta com outras entidades como o MEL (Movimento Ecológico Livre) e ASSEPA (Associação Ecológica Pró Paulo Lopes).

Além das denúncias na imprensa, a UFECO solicita audiência pública devido ao "contrato milionário firmado entre a prefeitura e a empresa"(36), participando ativamente nas manifestações ocorridas em ocasião daquela problemática, e apontando como proposta para a solução do problema do lixo o programa "Beija-Flor"(37) de triagem domiciliar

(36)Jornal "O Estado" de 15.03.90, p. 12.

(37)O programa "Beija-Flor" partiu de uma iniciativa da UFSC, com participação da COMCAP e recursos do BNDS, e se coloca como solução alternativa para o problema do lixo através da triagem domiciliar, com amplo aproveitamento do lixo não apenas na sua transformação em adubo, como na reciclagem ou reaproveitamento do material inorgânico.

do lixo, que vem sendo implantado em algumas comunidades - dentre elas, a comunidade desses membros então na liderança da entidade.

O retorno dos outros membros às suas atividades na diretoria da UFECO, determina uma nova postura da entidade que, em reunião extraordinária, resolve não participar de uma ação civil pública contra a ida do lixo para Paulo Lopes, revertendo a postura até então adotada. Essa recondução da atuação da entidade é justificada por uma série de fatores: o medo do retorno do lixo à Florianópolis, e daí Santo Antônio e Rio Tavares voltarem a ser cogitados como locais; a falta de uma discussão mais aprofundada com as bases sobre o problema; a representatividade municipal da UFECO, devendo o problema ser resolvido por Paulo Lopes; a defesa da saída do lixo da capital pelos moradores de Santo Antônio; e principalmetne o receio da entidade de ser vista como não comprometida com os problemas de Florianópolis - uma vez que a não ida do lixo para Paulo Lopes significava o seu retorno para a capital:

"A associação que eu represento na UFECO) não admitiria que um representante dela fosse defender a instalação do lixo em Florianópolis, porque essa foi toda vida a nossa briga, de o lixo não ficar na ilha ... A UFECO não está preparada para resolver esse problema; não tem o nível de representatividade que seria necessário prá poder ter respaldo". (38)

A postura da UFECO tirada em reunião é questionada por aqueles que vinham participando ativamente nas mobilizações para a retirada do lixo de Paulo Lopes:

(38) Trecho de entrevista com membro da diretoria (1990).

"Noessa preocupação era criar uma corrente de conscientização, pois se chegássemos e disséssemos que éramos contra, o discurso do Amin entrava como uma luva: 'o inimigo público número um é quem está contra a retirada do lixo'! É um discurso violento, sensacionalista, populista ... Na UFECO prevalecem posturas individualistas; é o perigo que se avizinha, sem uma visão global ... a solução do lixo é muito mais ampla; não passa por jogar o lixo no quintal do vizinho. Tem o Beija-Flor, a usina de São José ..." (39)

As divergências sobre a questão do lixo no interior da entidade acabam na realização de um "Seminário Sobre o Destino Final dos Resíduos Sólidos da Capital" em setembro de 90, com a participação de várias entidades de bairro, além da UFSC, MEL, COMCAP e alguns vereadores concluindo-se pela implementação de um conjunto de soluções que envolvem o programa Beija-Flor, a instalação de uma usina de reciclagem e compostagem do lixo, incinerador para o lixo hospitalar, além de aterro sanitário de apoio em área a ser definida por novos estudos técnicos. Muito mais do que a vontade de participar na resolução do problema, o seminário e suas deliberações serviram para legitimar determinada postura da UFECO, até então incompreendida perante a sociedade. Apesar de ainda participar de um seminário sobre o lixo promovido pelo IBAMA (Instituto Brasileiro de Amparo ao Meio Ambiente), o problema foi paulatinamente sumindo das discussões e campanhas da UFECO, e o lixo continuando a ser depositado no aterro sanitário de Paulo Lopes.

(39)Techo de entrevista com militante da UFECO (1990).

3.3.3. Transporte Coletivo: Uma Prioridade

A questão do transporte coletivo vem sendo objeto de inúmeros movimentos de moradores, bem como motivo de uma série de práticas de agressões coletivas (como quebra-quebras) a nível nacional.⁽⁴⁰⁾ A eleição do problema do transporte como uma das prioridades da UFECO vem demonstrar que também em Florianópolis, o assunto requer mais seriedade no seu tratamento, uma vez que, enquanto serviço público de maior importância para o cotidiano da população, o transporte coletivo vem sendo historicamente tratado pela prefeitura em benefício dos setores empresariais.

A partir de 86 há uma mudança na orientação municipal com relação ao transporte coletivo, instituindo-se um "Núcleo Municipal de Transporte", com o objetivo de gerenciar o setor com o apoio de um então criado Conselho Municipal de Transporte, de caráter consultivo e com representação popular. Com a entrada de Amin e posteriormente Bulcão Viana na prefeitura, esse conselho é desativado, passando a questão do transporte a ser gerenciada de forma tradicional pelo núcleo.

A UFECO se propõe assumir a liderança na discussão do problema, denunciando e divulgando nos jornais, além de panfletar nos terminais urbanos, com o intuito de preparar uma mobilização maior na busca de solução dos problemas como valor da passagem, falta de veículos, precariedade e falta de segurança dos mesmos, entre outros:

"As entidades comunitárias de Florianópolis, lideradas pela UFECO, elegeram o transporte coletivo como nossa principal bandeira de luta ... Para que o transporte seja visto como um direito da população e se procure

(40) Sobre o assunto, ver por ex.: Revista Movimento Popular: Transporte Coletivo, Centro de Pastoral Vergueiro, 1985.

uma solução rápida para este problema. Só conseguiremos transformar esta situação com nossa organização e luta".(41)

Várias reuniões são realizadas tendo em vista a discussão do transporte coletivo, desembocando na realização de "Seminário Sobre Transporte Coletivo de Florianópolis" em março de 90, com número de participantes muito aquém do esperado ou desejado pelos organizadores, que percebiam a ausência da prefeitura na composição da mesa para o debate, como um claro sinal de desinteresse e descompromisso com a questão. A reativação do conselho de transporte com representação comunitária é a orientação tirada no seminário, que foi um espaço rico para a avaliação da diversidade de posições e interesses no interior da entidade:

"Chegou um momento no debate em que foi feita uma proposta por um líder antigo, de que o empresário de transporte fosse o representante ou ajudasse na representação deles junto à Prefeitura para melhorar e implementar coisas do transporte coletivo. Eu disse que isso é o contrário do que está se pensando. O espaço institucional, as garantias políticas, o direito de cidadania se dá ao inverso, ou seja, nós pressionamos o poder público para que eles através de seus mecanismos de direito pressionem os empresários a fazerem o que se acha melhor que seja feito. Outro lá diz que é bem atendido no transporte coletivo, mas só que ele tem carro e moto. Esses caras estão sendo representantes das comunidades. Eles não representam ninguém, e ninguém se sente representado por eles".(42)

A heterogeneidade de perspectivas, interesses e posições no interior da entidade atestam para as dificuldades no seu "fazer política", congregando indivíduos que, além dos mais diferentes interes-

(41)Jornal "O Comunitário" (UFECO), Ano I, n 1, nov. 89.

(42)Trecho de entrevista com o gerente do Núcleo de Transportes em 86 (1990).

ses, posições político-ideológicas, apresentam variações no grau de conhecimento das relações sociais (e no seu pensar e agir cotidianos).

A pressão adotada pela UFECO deu-se no sentido de encaminhar à Prefeitura (além de divulgação pela imprensa), de ofício solicitando a reativação do conselho, já que segundo os seus dirigentes, "a eficácia no sistema de transportes só acontecerá no dia em que o órgão competente, os empresários e representantes dos usuários, em pé de igualdade, se constituírem nos responsáveis pelas decisões sobre o transporte".(43)

Em junho de 90 a UFECO encaminha um projeto de conselho de transporte de acordo com as deliberações de uma audiência com o prefeito, sendo que até o momento (dezembro de 90), aguarda-se um posicionamento da Prefeitura, que mantém o gerenciamento do transporte pelo núcleo, sem qualquer participação popular.

3.3.4. Lei Orgânica, Habitação e Saúde: Contrapontos na Busca de uma Nova Institucionalidade

A elaboração da Lei Orgânica do município cujas discussões tiveram início em novembro de 89, apesar de apontada como uma das prioridades enquanto objeto de preocupação e intervenção dos movimentos comunitários por ser o conjunto de leis que regem o município,

(43) Jornal "O Comunitário" (UFECO),. Ano I, n 3, jun./90. A proposta é a constituição de um conselho municipal de transporte com paridade na sua composição (ver em anexo).

acabou recebendo pouca atenção por parte da UFECO, justificada pela debilidade do movimento comunitário florianopolitano, por questões conjunturais (contexto de eleições presidenciais), pela composição da Câmara de Vereadores (maioria conservadora), como ainda pelo fato da diretoria da UFECO ser recém empossada além do período coincidir com as férias de verão, escolhido pelo governo por caracterizar-se pela dispersão da população e estratégico para o esfriamento de uma prática vigilante e participativa:

"A participação da UFECO na Lei Orgânica foi pequena, até porque a gente tinha recém pego a diretoria e não tivemos condições de articular, e a própria fragilidade do movimento e a situação da UFECO que a gente começou do zero".(44)

"Lei Orgânica é um negócio um tanto quanto abstrato. Tu terias que ter discutido essa lei seis meses antes de começarem a discutir lá na Câmara para traduzí-la ... A UFECO não promoveu discussões sobre Lei Orgânica, alguns estavam de férias, tinha muita coisa e concentrou-se em poucas pessoas e optamos pela pressão em cima do vereador".(45)

Apesar de elaborar emendas e participar do recolhimento de assinaturas, o processo de discussão e participação popular na elaboração da Lei Orgânica acaba sendo assumido por outras entidades da sociedade civil, como o CAPROM (Centro de Apoio e Proteção ao Migrante - ligado à "Periferia"), e o MEL (Movimento Ecológico Livre) que apresentam emendas cuja proteção ambiental (MEL), justiça social e democracia participativa (CAPROM), caracterizam a amplitude ou a universa-

(44) Trecho de entrevista com atual presidente da UFECO (1990).

(45) Trecho de entrevista com uma militante da UFECO (1990).

lidade dos objetivos, em denúncia de interesses corporativo-particularistas. (46)

As emendas elaboradas pela UFECO não fogem a esta regra, uma vez que a sua tônica é a criação de conselhos populares enquanto órgãos de consulta, assessoramento e decisão do poder público municipal, (47) - de caráter paritário, com poderes de formulação, definição e controle das políticas nas áreas de saúde e saneamento básico, educação, planejamento municipal, transporte coletivo, orçamento, habitação e meio ambiente.

Além da pressão pessoal de alguns membros da UFECO junto aos vereadores como estratégia para fazer valer suas propostas, a UFECO participou do recolhimento de assinaturas de outras emendas populares, bem como de uma manifestação pública de repúdio quando da rejeição das mesmas pela câmara. No entanto, a ênfase recai sobre uma atuação individualizada:

"Criamos figuras de conselhos populares com autonomia. ... de tal forma que não fosse qualquer prefeito que pudesse extingui-los. Mas foram jogadas no lixo... Trabalhamos mais encima dos vereadores porque o tempo que a gente levava recolhendo assinaturas para uma emenda, se trabalhava de vereador em vereador colocando contra a parede... é uma questão de lobby... mas para isso também precisa de uma bruta articulação, porque tem que estar lá sempre, controlando... mas o pessoal já estava mais ou menos ciente de que não adiantava pressão, os caras já iam lá acertados: essa passa, essa não. (48)

 (46) Ver KRISCHKE, Paulo. As Emendas Populares à Lei Orgânica Municipal de Florianópolis - Uma Análise Preliminar. UFSC, 1990 (mimeo.).

(47) As emendas elaboradas pela UFECO foram consideradas com defeitos técnicos na sua apresentação, como todas as demais.

(48) Ver nota (45).

Apesar do conhecimento de uma hegemonia conservadora na câmara(49), uma atuação mais combativa, com mobilizações mais amplas acaba sendo descartada, justificada pelas fragilidades, dificuldades e limites dessa articulação. Krischke salienta que

"as entidades e movimentos têm às vezes logrado uma amplitude muito grande de objetivos e orientações, propondo o fortalecimento e direcionamento da esfera pública num sentido democrático, participativo e universalista. Porém este discurso às vezes não se adequa, e pode até entrar em contradição com os procedimentos políticos adotados no encaminhamento das propostas. Estes procedimentos podem chegar a ser isolacionistas, competitivos e até fâcciosos - ao contrário da política de coalizões necessárias para superar a hegemonia liberal/conservadora dominante na cidade (e no país)".(50)

Na contraposição com um discurso de caráter democrático-universal, uma lógica de atuação isolacionista e até por vezes competitiva é utilizada pelo poder público como mecanismo de aprofundamento de um fosso entre os diferentes movimentos, como por exemplo o reconhecimento da UFECO como legítima representante das comunidades perante o município, em detrimento da "Periferia", de caráter nitidamente mais combativo e menos "negociador". Exemplo disso é o convite da prefeitura para a indicação pela UFECO de um representante para participar do então criado "Fundo de Integração Municipal Para Assentamento de Famílias de Baixa Renda", gerido por um conselho de administração composto por três representantes da prefeitura e dois de conselhos ou associa-

(49)Constituindo-se por 7 vereadores da coligação (PDS-PDC), 5 de coligação (PTB-PFL), 5 da coligação (PMDB-PCdoB), 3 da frente popular (PCB, PV e PSDB) e 1 do PT no total de 21 vereadores.

(50)Op. cit., (1990) p. 7.

ções comunitárias, de caráter consultivo. Apesar de convidar a "Periferia" - que repudia o conselho pelo seu baixo grau de poder e a não paridade da sua composição - procurando manter uma relação com esse grupo, a UFECO é mal vista por se manter representada no conselho, representação esta, fruto de uma opção de preferência pela participação nesses espaços, mesmo que em desvantagem - por propiciarem um maior conhecimento do que vem acontecendo no interior dos órgãos públicos, cujo direito a voz e emissão de opiniões podem alterar determinadas situações:

"Sobre minha participação no conselho de habitação, eu entendi sempre que, mesmo sendo minoria, se você não está lá é pior. Se você está corre o risco de homologar coisas que é contra. Mas se for alguma coisa que me violente eu me demito. Enquanto isso estou lá tentando reverter algumas coisas".(51)

Apesar da questão da habitação ser prioridade e constante objetivo de luta das entidades da "Periferia", é ao mesmo tempo fator de possível desgaste da UFECO já que "assentamentos podem vir a ser feitos em áreas cuja associação filiada é contra, criando um choque de federação com a filiada".(52) A UFECO vem se fazendo representar no conselho (que aliás funciona precariamente), o que faz acentuar as divergências com a "Periferia", que alega determinado "desprezo pela UFECO, que nunca se dedicou à questão da terra e participa do conselho sem respeito à Periferia... com uma política de diálogo e negociação eternas que não levam a nada".(53)

(51) Trecho de entrevista com representante da UFECO no conselho (1990).

(52) Idem nota 51.

(53) Trecho de entrevista com militante da "Periferia" (1990).

Considerada de classe média, pouco combativa e muito vulnerável ao atrelamento com o Estado pela "Periferia", além de apresentar demandas diferentes, a UFECO acaba, sem o respaldo desse grupo, tomando iniciativas isoladas apesar da intenção democrática de suas demandas.

A constituição de uma nova institucionalidade - característica central na atuação da UFECO, estende-se também para a área da saúde, na solicitação ao prefeito para a reativação do Conselho Municipal de Saúde, criado na gestão Amin e previsto pelo SUDs (Sistema Único e Descentralizado de Saúde), com ampla mobilização e participação popular quando da sua instituição. (54)

A opção por uma prática institucional, com a participação e daí reconhecimento e legitimidade da arena institucional (Estado e partidos) estabelecida - apesar da orientação majoritariamente voltada aos interesses político-econômicos - e a constante busca de reversão dessa institucionalidade tendo em vista uma ordem de caráter efetivamente democrática, caracterizam as ambiguidades dessa prática. Pois, sendo constantemente ameaçada pela cooptação, pelo oportunismo e manipulação, caracteriza-se como um exemplo de luta pela generalização de um processo de emancipação política e social; ou por ser um potencial, e isso é o que veremos no próximo capítulo, de um verdadeiro processo de democratização da sociedade.

(54) O Conselho, ativado em março de 89 e colocado na ilegalidade em 90, por problemas políticos, previa a participação de representantes de cada distrito (14), eleitos em assembleias comunitárias.

CAPITULO IV - A UFECO E AS AMBIGUIDADES DE UMA PRATICA POLITICA DEMOCRATICA: SUBJETIVIDADE E DEMOCRACIA

Como vimos, a UFECO vem historicamente apresentando avanços no sentido de romper com determinada hegemonia dos grupos conservadores e reverter uma lógica de clientelismo estabelecida, lutando para a concretização de um processo de generalização de uma prática política democrática, cujas ambiguidades vêm demonstrar a complexidade e dificuldades do processo. Questões como: pertencimento de classe/subjetividade; autonomia/identidade coletiva; participação/representação; legitimidade/superação de uma ordem estabelecida, podem ser vistas como centrais na trajetória da entidade, cujo discurso - de caráter democrático-universal, objetivando não apenas na arena da política institucional, mas na cotidianidade da população uma expansão e consolidação da democracia (com todos os seus adjetivos) - não vem sendo necessariamente concretizado na prática, não apenas pelos mecanismos e estratégias utilizados, mas pelo contexto político local (composição da câmara, ideologia dos dirigentes políticos, órgãos públicos, etc ...) e pelo nível de participação e conscientização política da população de maneira geral.

4.1. Por Uma Nova Institucionalidade: Contrapontos Num Processo de Construção da Autonomia

De acordo com Cardoso, "se a contribuição dos movimentos populares para a institucionalização da participação depende do contexto

social, sua atuação como indutores de mudanças na cultura política da população está condicionada por sua autonomia".(1) A luta por uma nova institucionalidade revertendo o atual quadro de "autonomização institucional", no sentido de fazer valer o princípio democrático de efetiva participação ou gestão dos cidadãos nas coisas do interesse da coletividade, vem sendo um dos objetivos da UFECO que acaba adotando uma postura ambígua de legitimação e superação.

Na primeira gestão, a participação nos espaços do governo municipal como conselhos municipais e elaboração do orçamento, acaba sendo muito mais de caráter legitimador de um governo de escassa projeção, do que decisiva na consecução de uma gestão democrática. A falta de representatividade perante as bases, ou de uma identidade comunitária; de uma política de atuação estabelecida, além da própria fragilidade do movimento comunitário florianopolitano de maneira geral - somados a aspectos conjunturais como um governo municipal mais aberto às interferências populares e uma câmara de vereadores predominantemente conservadora - são fatores decisivos na instabilidade do processo de germinação de uma nova institucionalidade que, apesar de alguns avanços, acaba totalmente abafada no governo subsequente.

O fechamento dos "espaços populares" na gestão Amin ao mesmo tempo que desarticula determinada forma de relacionamento com o poder público, vai possibilitar uma maior identificação no conjunto da entidade enquanto pólo opositor, não apenas pela relativa homogeneidade político-ideológica dos seus dirigentes na segunda gestão - cuja recu-

(1)Op. cit. (1988), p. 379.

sa no estabelecimento de relações permanentes e oportunistas com os políticos profissionais ou aparelhos do Estado vem demonstrando o interesse de reforçar uma identidade comunitária em contraposição ao atrelamento e clientelismo com o Estado - como também pela maior visibilidade das relações de poder estabelecidas.

As reuniões por regionais, o jornal, a conquista no processo eleitoral vêm sendo fatores importantes na construção de uma identidade que, embora muito frágil e incipiente, torna-se imprescindível para uma atuação representativa e combativa, na luta por mudanças. A questão da autonomia torna-se fundamental nesse processo de constituição de uma identidade coletiva, no sentido de permitir um processo de rompimento com a lógica não apenas político-institucional como também de sujeição à cultura política dominante, fazendo valer os interesses populares na construção de uma nova institucionalidade.

Se por um lado a UFECO vem lutando por autonomia através do estabelecimento de uma relação com o poder público e partidos políticos enquanto cidadãos coletivamente organizados (tendo em vista uma participação na reordenação dos problemas da cidade, e não como conjunto de eleitores ou "indivíduos particulares"), mantendo uma atuação portanto com vistas à generalização de uma prática e cultura política democráticas junto à população (através de encontros regionais, reuniões com os filiados...); por outro, a dependência financeira da UFECO com relação ao Estado demonstra a grande debilidade desta autonomia. Demo alerta para o fato de que uma organização política competente "será mais facilmente realizada se procurar ancorar-se sobre alguma estratégia produtiva que gere recursos próprios. Caso contrário, ten-

derá a depender do Estado ou da boa vontade de outras pessoas". (2) A vulnerabilidade introduzida por essa dependência econômica, apesar de conhecida pelos dirigentes, acarreta um grande risco de desmantelamento estrutural da entidade por parte do Estado, como resposta à ameaça dos movimentos sociais à manutenção do "status quo". Suscita também uma grande suspeita da sua autonomia por parte da sociedade, que muitas vezes entende a UFECO como um setor da Secretaria Estadual, dificultando a construção de uma identidade comunitária.

A ameaça não tem se realizado (já que o Estado vem mantendo a UFECO), até porque a opção por uma prática rotineira, baseada na negociação e "diálogo" com o poder público (seja municipal ou estadual) em detrimento de uma atuação mais combativa e coletiva (considerada impossível no atual quadro de "refluxo" do movimento), vem sendo fator de um relacionamento menos conflituoso e mais estável. Isto tem possibilitado uma maior entrada ou participação nos espaços do poder público, que acaba muitas vezes transformando o discurso opositor em uma retórica vazia, ou a propalada busca de uma nova institucionalidade em reconhecimento da vigente, legitimando assim as relações estabelecidas, como no caso da participação no Conselho da habitação.

Apesar de apresentar uma clara percepção da diferenciação entre "política comunitária" e "política partidária", numa perspectiva de reconhecimento da importância de ambas as esferas, a ênfase na representação vem acarretando uma atuação centralizadora e bastante desligada das bases - como nas discussões sobre a lei orgânica e na participação em conselhos municipais - apesar da realização de seminários

(2) DEMO, Pedro. Riscos e desafios de processos participativos. In: Caderno de Estudos Sociais, Recife, 3(1), jan/jun 1987; p. 84.

(como o do lixo), que acabam sendo muito mais um espaço de legitimação perante a sociedade de um posicionamento da direção da entidade.

O seu caráter de classe, bem como a diversidade de posições no interior da entidade vêm sendo fatores importantes, não apenas no processo de construção de uma relativa autonomia e identidade comum, como nos avanços e descontinuidades do processo vivenciado pela entidade.

4.2. Pertencimento de Classe e Subjetividade

Uma das características apontadas como básica dos movimentos sociais, e aqui mais especificamente, dos movimentos de bairro, é o seu caráter extra-classe, ou seja, o fator de seu desenvolvimento não sendo proveniente da função que os membros exercem no seio do processo produtivo, mas pela necessidade que demonstram na reorganização do seu espaço de moradia tendo em vista uma melhor qualidade de vida, através de uma melhor distribuição dos serviços públicos; daí a grande heterogeneidade na composição social destes movimentos. No entanto, na medida em que os recursos públicos vêm historicamente sendo destinados aos setores mais abastados da população em contraposição aos setores populares (aqui de menor poder aquisitivo); surge o caráter de classe na determinação não apenas das diferenças de demandas, como de perspectivas e modos de agir. Exemplo disso é a existência de federações de moradores formadas por entidades de classe média e/ou alta e de classes baixas (favelas por ex.), nas diversas cidades do país.

Em Florianópolis a divisão entre "Periferia" e UFECO alerta para essa problemática, sendo a segunda caracterizada pela primeira

como entidade de classe média, apesar de incluir um número expressivo de entidades "populares" na listagem de filiações. Questões mais prementes da própria sobrevivência dos moradores, como a posse e legalização de terras, falta de habitação e saneamento básico, são as demandas principais da "Periferia"; e muito pouco frequentes no rol de reivindicações da UFECO.

A questão da composição da diretoria da UFECO, majoritariamente de classe média⁽³⁾, vem de alguma forma determinando a sua atuação e o quadro de demandas, como a preocupação com o meio ambiente e o transporte coletivo, que abarcam o conjunto da cidade e atendem a todas as classes sociais, em detrimento de demandas mais específicas como a habitação e o saneamento, que acabam sendo objeto de uma intervenção mais localizada, na solidariedade a reivindicações de alguns bairros. Offe⁽⁴⁾ salienta a importância das classes médias enquanto protagonistas dos "novos movimentos sociais" (movimento ecológico, feminista, etc...), que buscam a reversão do quadro das relações sociais no sentido de uma forma de vida mais saudável, ecológica; menos opressora, instrumental. A importância das classes médias estaria no fato de seu maior acesso à informação e cultura, com elevados níveis educacionais e determinada estabilidade financeira, o que vai proporcionar maior potencial de crítica às relações estabelecidas e uma grande contribuição a um processo de radicalização da democracia.

(3) Dos 6 postos da diretoria executiva, 5 são ocupados por membros da classe média, sendo que todos são funcionários públicos, e 4 com nível de instrução superior.

(4) O autor se refere ao conjunto de movimentos sociais da Europa, cuja característica, além da predominância das classes médias, é a informalidade e presença de grande número de pessoas. OFFE, Claus. *New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics*. Social Research, 52(4).

No Brasil, a contribuição das classes médias a um processo de democratização vem sendo historicamente demarcada pelo contexto social. Evers⁽⁵⁾, por exemplo, demonstra a ambiguidade no comportamento político das classes médias no período de 63 à 77, ora aliando-se às classes dominantes ora às classes populares, demonstrando uma vulnerabilidade político-ideológica.

De acordo com Oliveira, as modernas classes médias vêm sendo o "agente técnico por excelência da administração da medida⁽⁶⁾", assumindo a função de "tradutor e articulador" das demandas, sejam elas dos movimentos sociais, dos interesses dos setores empresariais, ou do próprio Estado (enquanto técnicos do governo, assessores dos movimentos - ou políticos profissionais). A crescente participação das classes médias vem sendo observada também no plano das organizações de moradores, com grande importância para o processo de democratização da sociedade.⁽⁷⁾

Pode-se apontar o caráter de classe como determinante na opção por uma prática institucional, de representação; em detrimento de

(5) O autor adverte para a complexidade nas determinações teóricas das classes médias, ou na sua precisa conceituação (o que as distingue das outras), classificando-as em "classes médias tradicionais" - pequena burguesia tradicional; e classes médias modernas - assalariados não produtivos, ou empregados no setor de circulação e de serviços; funcionários do aparelho do Estado entre outros. EVERS, Tilman. Sobre o comportamento político das classes médias no Brasil, 1963-1967. In: KRISCHKE, Paulo (org.) Brasil: do "milagre" à "abertura", São Paulo, Cortez, 1982, p. 83-102. Sobre o comportamento das classes médias ver também JAGUARIBE, Hélio. Sociedade e Política. Um Estudo sobre a Atualidade Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 2. ed., 1986.

(6) OLIVEIRA, Francisco de. Medusa ou as Classes Médias e a Consolidação Democrática. In: REIS, F. W. e O'DONNELL (1988), op. cit., p. 285.

(7) Ver BOSCHI, (1987), op. cit. Sobre o maior comprometimento com a área social, ver também A revolução da classe média, Revista Senhor, n. 184, de 26.09.84, Ed. Três.

práticas mais coletivas, de participação e mobilização, características das classes populares. Alguns aspectos como a aquisição de determinado "status" social, alto nível de instrução, vinculação profissional com o Estado (funcionários públicos) com maior possibilidades de "entrada" nos espaços do poder público (mais acesso; vinculações pessoais com políticos e chefes do executivo) podem ser apontados tanto como beneficiadores como dificultadores de uma prática democrática. Se por um lado o aspecto educacional vem favorecer uma compreensão mais ampla e crítica da realidade, assim como um quadro de valores mais universais; bem como a posição social e o relacionamento com o poder público maior penetração e abertura de negociação com o mesmo; por outro, o risco de centralização com uma postura de superioridade com relação às bases; o medo de perda do "status" (demissão, ameaças), além da cooptação, também apresentam-se com maiores possibilidades. No caso da UFECO, o bom relacionamento pessoal de alguns membros com setores do poder público, com convites para assumir postos no governo, vem demonstrar, além da centralização na elaboração e encaminhamento de algumas demandas, essa tendência.

No entanto, ao caráter de classe acrescenta-se a dimensão da subjetividade enquanto determinante das posturas e práticas políticas da entidade. Independentemente de sua inserção em determinada classe social, os homens, cuja individualidade expressa seu caráter único e irreprodutível, apresentam necessidades que, marcadamente determinadas pela cultura e contexto social, podem e devem extrapolar uma dimensão particularística, tendo em vista o bem estar da coletividade, ou uma determinada lógica de convívio social baseada em princípios libertários e/ou democráticos.

As diferenças de interesses, valores e perspectivas no interior da UFECO que vêm determinando o delineamento de sua trajetória, vêm demonstrar a importância da subjetividade, e principalmente, da constituição de uma nova subjetividade para a expansão de um processo democrático. Na primeira gestão vemos indivíduos que, apesar do pertencimento comum às classes médias, apresentam posturas diferenciadas. Alguns com objetivos mais universais, de construção de uma nova relação política e expansão da democracia; outros voltados aos interesses pessoais, numa postura de continuísmo das relações estabelecidas, com práticas oportunistas tendo em vista seus interesses particulares e pessoais. Na segunda gestão, observa-se um agrupamento maior de indivíduos preocupados com a generalização de um processo democrático (apesar das contradições e dificuldades), cuja diversidade de concepções e práticas vem gerando conflitos e divergências, e conseqüentemente, descontinuidades e reordenações na trajetória da entidade. A questão do lixo é apenas um exemplo da influência da subjetividade no processo, subjetividade esta que parte de um determinado cotidiano, atingindo outras esferas num rico processo de entrecruzamento de objetivações sociais.

A questão da constituição da Associação de moradores em Santo Antonio de Lisboa é apenas um exemplo do progressivo envolvimento e participação da população nas questões coletivas. Com o intuito de evitar a construção de um aterro para o lixo local, a população inicia um processo de mobilizações que vai desembocar na criação de uma associação de moradores, cujo primeiro presidente participa atualmente da diretoria da UFECO:

"Como a gente começa a viver o problema do movimento, começa a entrar em contato com outras associações; por

vários motivos, tem convênios com órgãos públicos; você começa a tomar conhecimento dos outros e sente que começa a entrar em você esse negócio, que você precisa apoiar certas coisas ... O movimento comunitário passa a ser uma preocupação, e eu comecei a achar importante me dedicar a isso ... entrei na UFECO porque achava importante participar de uma entidade que congregasse todas e lutasse pela melhoria da qualidade de vida da população ... Antes do problema do lixo em Santo Antonio eu nunca tinha participado de qualquer movimento comunitário".(8)

O entrecruzamento de novos conhecimentos e experiências vai permitindo um alargamento da visão das relações sociais, na constituição de novas individualidades e novas objetivações de caráter coletivo, fazendo assim, parte imprescindível de um processo de democratização da sociedade.

4.3. Possibilidades e Limites de uma Prática Política Democrática: A Superação de uma Cotidianidade

Como vimos, o homem nasce inserido no cotidiano adquirindo os hábitos, valores e perspectivas de determinada realidade social, geralmente de forma a manter ou reproduzir a própria cotidianidade. Segundo Heller, "na vida cotidiana, a esmagadora maioria da humanidade jamais deixa de ser, ainda que nem sempre na mesma proporção, nem tampouco com a mesma extensão, muda unidade vital de particularidade e genericidade".(9) Os valores de utilidade para o consumo; a conformidade aos papéis sociais; a prioridade do privado em detrimento das coisas públicas e a transformação destas em interesses privados são

(8) Trecho de entrevista com atual dirigente da UFECO (1990).

(9) Op. cit (1985), p. 23.

características das sociedades ocidentais, num processo de dilaceração da personalidade e do ser-comunidade. No entanto, é possível e necessário para um processo de transformação desta realidade a superação desta cotidianidade e a construção de novas formas de convívio social.

A constituição de uma nova subjetividade que transcenda um cotidiano alienado pode dar-se por um rico processo de entrecruzamento de objetivações sociais. Enquanto processo, as ambiguidades, dificuldades e possibilidades caminham pari-passu, sem um fim pré-determinado. Assim é que a constituição de uma prática política democrática, apesar da não linearidade, requer rupturas com o conhecimento e práticas cotidianas, tendo em vista uma visão mais crítica das relações estabelecidas, bem como uma atuação voltada aos interesses da coletividade.

A constituição de "atores democráticos" torna-se um fator imprescindível no processo de democratização da sociedade, e dá-se a partir da troca de conhecimentos, influências, valores com as diversas instâncias ou esferas sociais. Assim é que os protagonistas da UFECO vêm passando historicamente por um processo de entrecruzamento de valores, conhecimentos, perspectivas, num contínuo crescimento e expansão de uma atuação político-comunitária.

A experiência junto a movimentos de CEBs por parte de alguns, ou a militância político-partidária, juntamente com uma atuação nas associações de seus bairros, ou ainda em movimentos sindicais por parte de outros, vem demonstrar um acúmulo de experiências e reformulações no sistema de necessidades, desembocando no interesse para uma atuação a nível municipal, tendo em vista a contribuição na reordenação dos problemas da cidade. Alguns com posturas mais críticas e inte-

reses mais universais; outros mais próximos a um pensamento e conhecimento cotidianos, com interesses mais voltados ao eu-particular; vão constituindo um agrupamento de indivíduos que, por mais ambíguos os seus interesses e mecanismos de satisfação, caracterizam-se por uma atuação política importante nos seus bairros, com avanços significativos ao nível local de moradia:

"Pintou as eleições no nosso bairro e a gente resolveu entrar na luta para tirar essa turma do conselho e fazer um trabalho decente, mas a eleição era coordenada pela antiga FUCADESC ... ganhamos mas não levamos ... acabamos fundando em 84 uma outra entidade e começamos a trabalhar. Lançamos o jornalzinho comunitário. Em 86 já a representação da comunidade era feita pela associação ... que hoje tem trabalhos de vulto como a drenagem de uma quadra, a implantação do Beija-Flor, a construção de uma creche; melhorou o nível do ônibus"(10).

"A nossa associação não permitiu a implantação de um conselho atrelado, pois sempre lutamos pela autonomia ... continuamos com o movimento e tivemos várias conquistas".(11)

Além de alguns avanços na atuação junto às suas associações de bairro, esses indivíduos vêm buscando a generalização de uma prática mais coletiva junto aos filiados, através de encontros e das reuniões por regionais, cujos espaços de troca de conhecimentos e de encaminhamento comum de reivindicações torna-se um potencial de superação de determinada cotidianidade desta população.

A conquista da direção da entidade por esse grupo é também exemplo de demonstração das possibilidades de práticas democráticas, cuja postura de caráter ético-jurídico, baseada em princípios democrá-

 (10) Trecho de entrevista com membro da UFECO (1990).

(11) Trecho de entrevista com presidente da UFECO (1989).

ticos de representatividade, alternância no poder e obediência às regras instituídas (estatuto), atestam não apenas uma maturidade na condução do processo, mas uma vontade na reordenação da atuação da entidade - tendo em vista e reversão de uma lógica particular-corporativa dominante, para uma lógica de caráter coletivista-universal. Tal conquista demonstrou uma postura de "coragem cívica" desses atores.

Outras virtudes podem ser apontadas nas ações deste grupo, como a tolerância radical quando da fundação, e principalmente na posterior retomada da direção da UFECO, numa perspectiva de conquista permanente de uma determinada hegemonia - que não significa uma anulação ou extermínio do adversário (no caso os "conservadores"), mas a denúncia da ilegalidade de suas ações, através de uma postura argumentativa, com busca de alianças com os que vêm demonstrando maior autonomia e adesão aos princípios básicos da democracia. Também o reconhecimento e procura de alianças com a "Periferia" significa tolerância, com algumas críticas àquela articulação como o seu isolamento e preconceito com relação à UFECO:

"Nós procuramos várias vezes o pessoal da periferia, mas eles têm uma visão muito fechada ... eles teriam que participar com várias correntes do movimento comunitário como um todo e lutar por uma hegemonia como nós fizemos depois. E uma hegemonia não é permanente. Se perde espaço, se recupera, e eles não têm esse jogo de cintura. É um processo longo. E eles acham que têm o direito de encurtar esse processo do jeito deles. É mais fácil nos rotular de oportunistas, pelegos, traidores".

A solidariedade a outros movimentos e/ou reivindicações dos bairros filiados também faz parte do rol de virtudes da UFECO, que muitas vezes adota uma postura ambígua, não deixando claros os limites de sua atuação. O caso do lixo ou da habitação demonstram a superfi-

cialidade das discussões sobre os problemas por parte da entidade, desencadeando ações mais preocupadas com a sua legitimidade perante interesses particulares da sociedade (caso do lixo), em detrimento de uma atuação mais ampla tendo em vista o bem-estar da população e a resolução a fundo do problema; e outras vezes conflitantes com outros movimentos (caso da habitação), numa atuação cujas consequências vêm mais para legitimar uma atuação populista da Prefeitura, do que para beneficiar o movimento.

Enquanto possibilidades de uma generalização da democracia, essas virtudes vêm acompanhadas de limites, demonstrando as ambiguidades do processo.

A questão da subjetividade do processo, ou a relação particular/genérico vai determinar os conflitos e divergências no interior da entidade, com sérias consequências nas suas deliberações. Apesar de alguns demonstrarem claro interesse na superação das relações estabelecidas, com posturas de expansão e descentralização, outros mantêm a individualidade acima das questões coletivas, centralizando o trabalho e direcionando várias questões de forma pessoal.

"Algumas pessoas da diretoria centralizam o trabalho ... chegava-se na reunião, a pauta já estava definida ... Se existem diferenças, e existem concretamente, essa diretoria não é tão fisiológica quanto a anterior e não é tão de direita quanto a anterior, mas qual é a diferença entre ter uma diretoria que anteriormente era mais de direita e agora é mais de esquerda ... a forma de atuação continua a mesma".(12)

(12) Trecho de entrevista com dirigente afastado da UFECO (1990).

O que se percebe é uma condensação de interesses e necessidades variados, desde a perspectiva de um cargo político por alguns até a auto-determinação da população por outros, que justificam determinada centralização pela não participação das bases, ou seu baixo comprometimento político-social:

Ao invés da coisa sair naturalmente da base, está sendo o contrário, quer dizer, a estrutura está criada aqui no ar sem apoio ... as associações estão preocupadas muito com o imediatismo, o baile que tem que ser feito, bingo, etc ... Eu não consigo ver um ano discutindo mil coisas e ainda indo nas regiões, e aparece uma, duas associações e esse negócio não progride. Existe um imobilismo quase que generalizado".⁽¹³⁾

O baixo grau de participação das bases pode ser vislumbrado nos seminários, nas reuniões extraordinárias e no processo como um todo, somado às dificuldades de construção de uma identidade comunitária, de representatividade e autonomia da entidade. Assim, além da diversidade de interesses no interior da UFECO, que se expande para os seus filiados, soma-se a fragilidade da representatividade dos dirigentes junto às suas comunidades e a pouca participação junto aos trabalhos da UFECO. A opção por uma prática de representação neste quadro, somado a um poder público eminentemente conservador, faz com que as reivindicações da entidade não tenham sustentação política e social, num processo de interminável negociação caracterizado pelo eterno "empurra para frente" o seu atendimento.

Assim é que, se por um lado a entidade vem superando as antigas práticas de clientelismo (seja o tradicional ou "de massas"),

(13) Trecho de entrevista com dirigente da UFECO (1990).

revertendo aos poucos a sua imagem de "pelega" perante a sociedade, procurando maior representatividade perante as bases e daí maior autonomia e a construção de uma identidade; por outro, os indivíduos que a compõem não conseguiram ainda estabelecer uma política de atuação nas diversas "frentes" em que atuam, demonstrando uma fragilidade que em alguns momentos vem beneficiar as relações políticas estabelecidas.

Ao caráter de classe, acrescenta-se a dimensão da subjetividade enquanto determinante das ambiguidades, possibilidades e limites desse processo, que ainda muito recente, pode ou não vir a se constituir enquanto efetivamente alternativo frente à institucionalidade vigente. A luta por uma próxima diretoria mais combativa e atuante vem junto com uma nova realidade política estadual, com a entrada de Wilson Kleinubing (PDS) no governo do Estado nas eleições de 1990, abrindo novas possibilidades aos "conservadores" - que afinal "estão adormecidos mas não estão mortos". No entanto, apesar de seus poucos resultados a nível de reivindicações, a UFECO vem se estabelecendo enquanto espaço com potencial de democratização da sociedade, na busca de uma generalização de uma nova cultura política, de participação coletiva nas coisas públicas, e daí de reorientação do cotidiano da população; como de constituição de uma nova institucionalidade, na concretização da utopia de seus membros, caracterizada pela efetiva e legal participação e representação popular em todos os assuntos que dizem respeito à coletividade.

Limitados pelo próprio cotidiano, pelo excesso de atividades e preocupações, esses atores representam um exemplo do inacabado processo de rupturas com uma cotidianidade dominante, na superação de práticas e conhecimentos que sem um fim pré-determinado ou esgotado, caracterizam-se pela eterna vulnerabilidade da "liberdade do outro", e

daí, de suas próprias perspectivas e ações. Pode-se apontar os protagonistas da entidade como sujeitos que estão voltados à genericidade num complexo movimento de manutenção/superação das relações sociais. São um exemplo do movimento contínuo e contraditório de avanços e retrocessos que, concomitantemente, fazem mover a história das organizações políticas e sociais.

CONCLUSOES

Verifica-se em Florianópolis, a partir de 85 (contexto da "Nova República"), um crescimento quantitativo e qualitativo das organizações de moradores, que vão historicamente se constituindo enquanto "canais alternativos" de legitimação na esfera pública. Formalizada no início de 87, a UFECO vem se apresentando enquanto entidade de caráter federativo, representante de parte (ou da maioria) das organizações de bairro junto ao poder público, numa trajetória caracterizada por retrocessos e avanços, constituindo-se num exemplo da complexidade de uma prática com perspectivas de democratização social. Vimos que tal complexidade é fruto não apenas da inserção da entidade num determinado contexto político e social (entrada do PMDB na Prefeitura; influência da FAMESC e conselhos comunitários tradicionais, composição conservadora da câmara, baixo grau de participação popular, entre outros); como pela influência da subjetividade e suas variações na orientação de suas atividades e posturas políticas.

O trabalho procurou demonstrar que a constituição da UFECO representou um avanço e uma modificação nas relações políticas do município, caracterizadas por uma valorização excessiva da sociedade política enquanto instância legítima nas deliberações das coisas públicas. A criação da entidade vem determinando não apenas novas formas de participação e representação popular no cenário público, como também vem progressivamente superando as antigas práticas de clientelismo, num processo de afastamento e/ou reorientação progressiva das entidades atreladas ao governo do Estado via conselhos comunitários.

A análise recaiu sobre as possibilidades, limites e ambiguidades de uma prática política democrática, utilizando a UFECO como cenário onde se desenvolvem as relações intersubjetivas, vistas aqui como indispensáveis na constituição de novas relações sociais. Para tanto, as transformações no cotidiano foram alvo de atenção por este ser visto enquanto esfera insuprimível, não apenas da vida de todo o ser humano, mas na generalização de perspectivas democratizantes. Apesar da não linearidade num processo de "desalienação" - seja na esfera do cotidiano, seja na esfera da política institucional - o trabalho demonstrou um curto avanço na trajetória da entidade determinado pela modificação no seu quadro de dirigentes.

Se na primeira gestão a atuação da UFECO acaba obedecendo uma lógica particular-corporativista, no segundo mandato percebe-se um agrupamento maior de indivíduos mais preocupados com a coletividade, não apenas através de um discurso mais crítico e baseado em valores democráticos, como de uma atuação preocupada com a generalização de uma prática política representativa, e portanto uma orientação mais direcionada a uma lógica democrático-universal.

A retomada da diretoria com ampla mobilização comunitária e assessoria jurídica, tendo em vista a realização de um processo eleitoral efetivamente democrático (baseado em aspectos legais e com ampla representatividade), demonstraram um amadurecimento político, bem como a conquista de uma certa legitimidade - suficiente para a conquista da direção da entidade com vistas a uma recondução de seus objetivos (contribuindo inclusive para um questionamento crítico e afastamento de alguns dos antigos conselhos comunitários). A campanha de "moralização" da entidade, cuja publicação de um jornal e a realização de reuniões por regionais também se caracterizaram como espaços importan-

-tes de uma progressiva retomada no seu quadro de representatividade e legitimidade ou enquanto espaços com potencial de generalização de uma prática e conhecimentos que superam os característicos da cotidianidade da população de maneira geral, buscando-se um acatamento crescente de princípios e posturas democráticas. Nesta perspectiva, os dirigentes da entidade vêm apresentando - apesar das dificuldades e conflitos (como número reduzido de pessoas para o excesso de atividades, diferenças de pensar e agir), virtudes cívicas como a coragem, solidariedade e tolerância radical (de acordo com o grau de maturidade e/ou compromisso democrático dos mesmos).

O trabalho procurou demonstrar também que além da importância da subjetividade, o caráter de classe interfere nas orientações da entidade. Esta, apesar da heterogeneidade no seu quadro de filiações, caracteriza-se pela dominância de entidades de classe média na sua direção, o que vai influir não apenas no seu quadro de demandas, como nas estratégias utilizadas com determinadas implicações político-institucionais. Enquanto as demandas apresentam uma maior universalidade (meio ambiente, transporte, conselhos municipais com participação popular) tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da cidade como um todo, os mecanismos de sua satisfação vêm muitas vezes apresentando um caráter isolacionista-institucional (caso da lei orgânica), competitivo, na opção por uma prática de representação de caráter algumas vezes legitimatório das relações estabelecidas (caso do conselho de habitação).

Na realidade, o que se evidencia é uma grande dificuldade de conciliação entre a política comunitária (eminentemente participativa) e a política institucional (de representação partidária); dificuldade esta não apenas fruto do baixo nível de representatividade e

autonomia do movimento, como também da já conhecida debilidade do sistema partidário brasileiro - e mais especificamente florianopolitano, onde à distância com as bases e/ou organizações da sociedade civil, soma-se a dominância dos partidos conservadores nas instâncias legítimas de representação (câmara de vereadores). O caso da votação da lei orgânica veio demonstrar as grandes debilidades desta relação.

Assim é que, se por um lado a UFECO vem gradualmente conquistando novos espaços, fazendo crescer seu grau de representatividade e letigimidade perante a sociedade, por outro ela vem apresentando fragilidades na concretização de suas reivindicações (ver casos do transporte, do lixo, da lei orgânica), não apenas pelo precário quadro político-institucional vigente; como pelo baixo grau de participação da população de maneira geral (ainda que num quadro crescente de organizações de bairro) nas questões municipais. Neste quadro, a opção por uma prática de negociação rotineira e estável com o Estado acaba muitas vezes transformando o discurso de constituição de uma nova institucionalidade, numa prática concreta de legitimidade à realidade dada, constituindo-se assim numa entidade "a reboque" da política institucional.

E se, como regra geral, a UFECO vem mantendo uma atuação de representação centralizando algumas determinações (justificada pelo "refluxo" do movimento), as eventuais quebras dessa rotina numa perspectiva de articulação e mobilização com outros movimentos (como no caso do lixo), acaba sendo muito mais fruto do interesse pessoal de alguns membros - demonstrando a influência na trajetória da entidade, das orientações e necessidades subjetivas, ou da "liberdade do outro" nas constantes reorganizações, seja no interior da entidade, seja nas suas relações com o poder público de maneira geral. O respeito à di-

versidade, desde que isento de interesses adversos aos interesses maiores da coletividade, demonstra um respeito a um princípio democrático, no sentido da necessidade constante de negociações e discussões num inacabado processo de conquista de hegemonia.

Apesar das dificuldades e ambiguidades apresentadas (a dependência financeira do governo do Estado), a UFECO constitui um avanço na história dos movimentos de bairro de Florianópolis enquanto novo canal de participação e representação popular na esfera pública - que ainda muito recente, frágil e sujeito a retrocessos e estanações, apresenta possibilidades de se solidificar enquanto uma reconhecida e forte organização popular. Assim, além de uma objetivação com grande potencial de democratizar sua ação ao nível da cultura política, ou de reorientação do cotidiano, a UFECO poderá vir a ser um movimento de efetiva transformação no quadro da institucionalidade política vigente.

Para tanto, não apenas a continuidade e expansão de uma prática de base, tal como as reuniões por regionais, encontros, seminários; alargando fronteiras e impulsionando para uma prática mais coletiva numa troca de conhecimentos e experiências (além da utilização de mecanismos de divulgação e conscientização como o jornal) são necessários - como também, e conseqüentemente, um aprofundamento nas discussões e orientações gerais da entidade, na elaboração de propostas concretas de resolução dos problemas da cidade, fazendo juz a sua denominação enquanto entidade de representação municipal como um todo.

Entendemos também que a articulação com outros movimentos sociais é imprescindível. Por um lado, as ações que visam mudanças não têm que centrar-se num único centro de poder, expandindo-se entre todas as instâncias ou esferas sociais e políticas, contribuindo assim

para a disseminação no cotidiano da população de valores emancipatórios (daí a importância de duas organizações de caráter federativo como a UFECO e a "Periferia"). Mas, enquanto espaços com potencial de mudanças na cultura política e constituição de novas objetivações sociais de caráter democrático, práticas isoladas vêm sendo um empecilho na satisfação de suas demandas, numa divisão que vem beneficiando o sistema de poder instituído. A articulação entre os diferentes movimentos torna-se uma estratégia importante no sentido de fazer valer os interesses universais de suas demandas (não significando com isso uma omissão e sim um reconhecimento de suas diferentes características).

E, por último, entendemos que a relação entre política comunitária e política partidária deve se repensada e aprofundada pela entidade. É certo que a distinção entre elas vem se revelando numa preocupação com a construção de uma identidade comunitária, evitando a instrumentalização partidária da entidade (prática até então característica dos conselhos comunitários), numa postura de respeito e reconhecimento ao pluralismo político-partidário. Mas também é certo que grande parte de sua atuação está voltada para as instâncias com o real poder de decisão, onde a representação partidária merece destaque. Assim é que a busca de uma nova institucionalidade passa por uma reorganização no quadro da institucionalidade política em vigor, tornando-a eminentemente representativa dos interesses maiores da sociedade. Nesta perspectiva, a iniciativa e apoio para a reversão do atual quadro de representação parlamentar por parte da UFECO seria um passo importante na reordenação das relações de poder.

Nesta perspectiva, um efetivo processo de democratização da sociedade, enquanto "utopia racional" de seus protagonistas estaria mais próximo de se concretizar, tornando-se a UFECO um agente "por excelência" de um processo de auto-determinação e emancipação social.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA GOMES, M. Coletivismo no bairro: uma análise sobre o fenômeno da participação. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC, 1987.
- A Revolução da Classe Média. Revista Senhor, n. 18 de 26.09.84, ed. Três.
- BARREIRA, Irlys A.F. Incômodos Hóspedes? Notas sobre a participação da Igreja e dos Partidos Políticos nos movimentos sociais urbanos. In: KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (org.) A Igreja nas bases em Tempo de Transição (1974-1985), Porto Alegre, L&PM, CEDEC, 1986.
- BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia - uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 ed., 1987.
- BOSCHI, Renato R. A Arte da Associação-política de base e democracia no Brasil. São Paulo, Vértice, 1987.
- BOSCHI, R.R. e VALLADARES, Lícia do Prado. Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. In: Revista Espaço e Debates, n. 8, São Paulo, Cortez, jan/abr., 83.
- CARIO, Silvio (coord.) Avaliação Econômica e Social dos Programas de Alimentação Popular da Grande Florianópolis. UFSC, 1987 (mimeo.).

CARDOSO, Ruth. Movimentos Sociais Urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, M.T. Sociedade e Política no Brasil Pós-64. São Paulo, Brasiliense, 2 ed., 1984.

----- . Movimentos Sociais na América Latina. Revista Brasileira de Ciências Sociais 3(1), São Paulo, Cortex, 1987.

----- . Os Movimentos Populares no Contexto da Consolidação da Democracia. In: REIS, F.W. e O'DONNELL, G. (org.) A Democracia no Brasil - dilemas e perspectivas. São Paulo, Vértice, 1988.

CARREIRAO, Yan de Souza. Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945-79). Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC, 1988.

CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2 ed., 1986.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo, Ed. Moderna, 3 ed., 1984.

COUTINHO, Carlos N. Gramsci. Porto Alegre, L&PM, 1981.

DEMO, Pedro. Riscos e Desafios de Processos Participativos. Cadernos de Estudos Sociais. Recife, 3(1), jan/jun. 1987.

DIOGENES, Glória M. dos Santos. A Constituição da Identidade Política nos Movimentos Sociais Urbanos em sua Relação com o Estado. ANPOCS, out. 1988 (mimeo).

DOIMO, Ana M. e BANCK, Geert. Novas Forças, Velhos Limites? Estudo de caso de um Movimento Social Urbano. X ANPOCS, out. 1986 (mimeo).

EVERS, Tilman. A Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais. In: Novos Estudos CEBRAP, 2 (4), abril de 1984.

----- . Sobre o Comportamento Político das Classes Médias no Brasil, 1963-1977. In: KRISCHKE, Paulo (org.). Brasil: do "milagre" a "abertura". São Paulo, Cortez, 1982.

FLISFLISCH, Angel. La Política como Compromisso Democrático. FLACSO, Santiago. (199?)

GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civil. Brasileira, 6 ed. 1988.

----- . A Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civil. Brasileira, 7 ed. 1987.

HELLER, Agnes. Sociologia de la Vida Cotidiana. Ed. Península, Barcelona, 1977.

----- . O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2 ed., 1985.

----- . Para Mudar a Vida: felicidade, liberdade e democracia. São Paulo, Brasiliense, 1982.

- . A Filosofia Radical. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- HELLER, Agnes e FERENC, F. Anatomia de la Izquierda Ocidental. Península, Barcelona, 1985.
- . Políticas de la Postmodernidad. Barcelona, Península, 1989.
- JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais e Políticas Públicas. São Paulo, Cortez, 1989.
- JAGUARIBE, Hélio. Sociedade e Política. Um Estudo sobre a Atualidade Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 2 ed. 1986.
- KOLAKOWSKI, Leszek. O Espírito Revolucionário e Marxismo: utopia e anti-utopia. Col. Pens. Políticos 66, UnB.
- KOWARICK, Lúcio. Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo: uma análise de literatura. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS 3(1), Cortez, fev. 87.
- KRISCHKE, Paulo. Os Movimentos de Bairro de Florianópolis na "Nova República": para uma Teoria da Influência Cultural dos Movimentos Sociais na Transição Política. Florianópolis, UFSC, 1990 (mimeo.).
- . As Emendas Populares à Lei Orgânica Municipal de Florianópolis - uma Análise Preliminar. Florianópolis, UFSC, 1990 (mimeo.).

- . Movimentos Sociais e Democratização da Cultura Política: uma Revisão Conceitual. Florianópolis, UFSC, 1991 (mimeo.).
- LECHNER, Norbert. Los Patios Interiores de la Democracia - subjetividad y politica. Santiago, FLACSO, 1988.
- LEFEBVRE, Henri. La Vida Cotidiana en el Mundo Moderno. Madrid, Alianza Editorial, 1972.
- MATOS, Simone M. O Processo de Formalização Jurídico-Institucional dos Conselhos Comunitários em Florianópolis (1977-1983): um Caso de Oposição Sistemática. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1990.
- MEINICKE, Dymuth. A Política Social no Município de Florianópolis nos anos 80. 1990 (mimeo).
- MELLUCCI, Alberto. Los Movimentos Sociales y la Democratizacion de la Vida Cotidiana. In: QUIJANO, Anibal et al. Imágenes Desconocidas. La Modernidad en la Encrucijada Postmoderna. Buenos Aires, CLACSO, dez. 1988.
- MENDONÇA, Paulo S. Miranda. Avaliação do Processo Orcamentário com Participação Popular da Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC no Período de 1986 a 1988. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC, 1990.

- MOISES, José A. Eleições, Participação e Cultura Política: Mudanças e Continuidades. São Paulo, CEDEC, 1990 (mimeo.).
- NETTO, J. P. e FALCAO, M. C. Cotidiano, Conhecimento e Crítica. São Paulo, Cortez, 1977..
- NUN, José. Elementos para uma Teoria de la Democracia: Gramsci y el Sentido Comum. In: Revista Mexicana de Sociologia, 49(2), abril/jun. 1987.
- NUNES, Edson. Carências Urbanas, Reivindicações Sociais e Democracia. XI ANPOCS, 1987 (mimeo.).
- O'DONNELL, Guillermo. Transições, Continuidades e alguns Paradoxos. In: REIS, F. W. e O'DONNELL, G. op. cit. 1988.
- OFFE, Claus. New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics. Social Research, 52(4), Winter, 1985.
- OLIVEIRA, Francisco de. Medusa ou as Classes Médicas e a Consolidação Democrática. In: REIS, F. W. e O'DONNELL, G. op. cit. 1988.
- PORTELLI, Hugues, Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4. ed. 1987.
- REIS, F. W.. Consolidação Democrática e Construção do Estado. Notas Introdutórias e uma Teses, In: REIS, F. W. e O'DONNELL, G. op. cit. 1988.

REVISTA MOVIMENTO POPULAR: Transporte Coletivo. Centro de Pastoral Vergueiro, 1985.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SILVA-TELLES, Vera. Anos 70: Experiências e Práticas Cotidianas. In: KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott. A Igreja nas bases em Tempo de Transição (1974-1985), Porto Alegre, L&PM, CEDEC, 1986.

SOUZA, Isabel R. O. Gomes. A Estratégia Participativa de Administração Pública. In: Revista de Administração Pública. Fundação GEtúlio Vargas, 21(1), jan./mar. 1987.

SULAMITA, Sandra (coord.) Relatório Interdisciplinar para Estudos dos Resíduos Sólidos. Florianópolis, UFSC (mimeo.).

VIOLA, Eduardo J. As Eleições de 1985 e a Dinâmica do Sistema Partidário em Santa Catarina. Cadernos de Ciências Sociais, UFSC, 6(1), 1986.

SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. Uma Revolução no Cotidiano? São Paulo, Brasiliense, 1987.

WEFFORT, Francisco C. Notas Sobre o Desenvolvimento Político no Brasil. CEDEC, 1988 (mimeo.).

UFECO

☆☆☆☆☆☆☆☆

UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITARIAS

Fundada em 14/02/1987

SEDE PROVISORIA: Rua 13 de Maio S/N

A/C do Conselho Comunitário Prainha.

ESTATUTO

TITULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Art. 1º - A UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITARIAS é uma Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Florianópolis-SC, fundada em 14 de fevereiro de 1987 e prazo indeterminado de duração.

PARAGRAFO UNICO- A União Florianopolitana de Entidades Comunitárias usará a sigla UFECO para sua designação abreviada.

TITULO II

DAS FINALIDADES

Art. 2º - A UFECO tem por finalidades:

- I- Reunir e congregar as Entidades Comunitárias de Moradores dos bairros, distritos e outros núcleos habitacionais do Município de Florianópolis, motivando-os no sentido de participarem ativamente da solução dos problemas coletivos,
- II- Representar as Entidades Associadas junto aos Poderes Públicos e Pessoas Jurídicas de Direito Privado sempre que for solicitada,
- III- Organizar e orientar campanhas, promoções e movimentos que objetivem o bem estar da População e as melhorias de suas condições de habitação, saúde pública, saneamento, educação, trabalho, lazer, transporte coletivo, urbanismo, meio ambiente e pesca,
- IV- Advogar as reivindicações de suas Associadas cujo conteúdo não fira os princípios da UFECO, e que sejam julgadas por essa procedente,
- V- Assistir as Associadas e seus membros em caso de calamidade pública como epidemias, incêndios, enchentes, e outras tomando providências imediatas junto às autoridades competentes para o pronto socorro do bairro distrito ou localidades atingidas,
- VI- Promover atividades de pesquisa socio-econômica-cultural e filantrópica e estudos de caráter geral ou indiscriminado.

Art. 3º- Compete a UFECO adicionalmente

- I- Estimular a criação de novas Entidades Comunitárias de Moradores nos bairros, distritos e núcleo habitacionais do Município de Florianópolis, que não as possuam e revitalizar as existentes e que deixaram de funcionar,

NOVO ENDEREÇO: Rua Victor Meirelles nº 09 - Centro - CEP 88010 - FLORIANÓPOLIS - SC

Fones: 22-7911/22-7492 - Ramal 33.

Nossa Força esta na nossa UNIÃO

UFECO

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITARIAS

Fundada em 14/02/1987

SEDE PROVISORIA: Rua 13 de Maio S/N

A/C do Conselho Comunitário Prainha.

II-Mediar as eventuais divergências entre as Associadas ou seus membros em assuntos administrativos, financeiros e eleitorais sempre que solicitada

III-Assessorar as Entidades Associadas nos assuntos que forem solicitados a UFECO,

IV- Elaborar e entregar às Autoridades e outras Pessoas Físicas e Jurídicas do Município, Estado e União a critério da Diretoria Executiva DOCUMENTOS contendo todas as conclusões e reivindicações do seus fóruns,

Art. 4º - É vedado a UFECO fazer atividades Política-Partidárias, colher proselitismo político, religioso de qualquer ordem; apoiar ou combater candidatos a cargos públicos e acolher ou incentivar interesses de grupos ou pessoas conflitantes com os interesses da UFECO,

TITULO III

DAS ASSOCIADAS, DIREITOS E DEVERES

Art. 5º - Podem associar-se a UFECO todas as Entidades Comunitárias de Moradores de bairros, distritos e outros núcleos habitacionais do Município de Florianópolis, devidamente constituídas como Pessoa Jurídica em pleno gozo de seus direitos legais.

PARAGRAFO ÚNICO- A qualidade de associada é adquirida mediante registro formal junto a secretaria geral e aprovada pela Diretoria.

Art. 6º - As Associadas não respondem subsidiariamente pelas obrigações da UFECO.

Art. 7º - Haverá as seguintes classes de associadas|:

I- FUNDADORAS - Todas as Entidades Comunitárias que participaram do Iº CONGRESSO DE ENTIDADES COMUNITARIAS DE FLORIANÓPOLIS realizado em 14 de fevereiro de 1987,

II-EFETIVAS- Todas as Entidades que se filiarem nos termos do Art. 5º deste Estatuto,

III-PROVISÓRIAS- Todas as Entidades em formação, cujo Estatuto não foi registrado. Estas terão um prazo de 90(noventa) dias, prorrogáveis por mais 90(noventa) dias para regularizarem a situação jurídica.

Art. 8º- A UFECO reconhecerá as Comissões Provisórias, composta de 5(cinco) a 7(sete) membros que se constituírem para organizar uma Entidade Comunitária nos bairros, distritos e núcleos habitacionais, onde a mesma não existir. Estas terão prazos iguais a das Associadas Provisórias para regularizarem sua situação jurídica.

PARAGRAFO ÚNICO- As Comissões Provisórias terão um Coordenador que representara seu bairro nas relações com a UFECO.

NOVO ENDEREÇO: Rua Victor Meirelles nº 09 - Centro - CEP 88010 - FLORIANÓPOLIS-SC

Fones: 22-7911/22-7492 - Ramal 33.

Nossa Força esta na nossa UNIÃO

UFECO

☆☆☆☆☆☆☆☆

UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITARIAS

Fundada em 14/02/1987

SEDE PROVISÓRIA: Rua 13 de Maio S/N

A/C do Conselho Comunitário Provisório

Art. 9º - São direitos das Associadas Efetivas:

- I - As Associadas terão o direito de indicar um (1) membro efetivo e 1 (um) membro suplente, a critério da Entidade, para representá-la na UFECO.
- II - Nenhuma Associada poderá fazer-se representar por uma co-irmã.
- III - As Associadas poderão mediante acordo, agirem conjuntamente, unindo seus esforços, desde que os objetivos sejam comuns e visem o benefício das zonas em que sejam sediadas.
- IV - Substituir seus representantes nos fóruns da UFECO, respeitado as demais normas estatutárias, quando tiverem sido indicados pela Associada.
- V - Propor nas diversas instâncias da UFECO, às medidas que julgarem úteis ao interesse da mesma ou das demais Associadas.
- VI - Recorrer dos atos da Diretoria Executiva que julgar prejudiciais aos seus interesses, sucessivamente a Diretoria Executiva e a Assembléia Geral.
- VII - Desligar da UFECO a qualquer momento.
- VIII - Votar e ser votada, desde que tenha no mínimo 12 (DOZE) meses de filiação antes da eleição, e seus candidatos sejam indicados pela Diretoria da Associada.

Art. 10 - São deveres da Associada Efetiva:

- I - Satisfazer pontualmente seus compromissos para com a UFECO.
- II - Cumprir as disposições estatutárias e acatar as deliberações regulares das instâncias da UFECO sob pena de sofrer as penalidades prevista no regimento interno.
- III - Comunicar alterações na composição dos seus órgãos dirigentes e mudanças de endereços.

Art. 11 - A UFECO exercerá a sua ação através dos seguintes órgãos:

- I - ASSEMBLÉIA GERAL - AG.
- II - DIRETORIA EXECUTIVA - DE.
- III - CONSELHO FISCAL - CF.

§ 1º - Nenhum membro dos Órgãos Diretivos ou Fiscal poderá receber a qualquer título, quando no desempenho dessas funções, retribuição financeira por serviços prestados a UFECO.

§ 2º - Os cargos dos órgãos diretivos e Fiscal da UFECO só poderão ser preenchidos por membros associados as Entidades Associadas a UFECO e com concordância expressa das mesmas.

CAPÍTULO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 12 - A Assembléia Geral - AG - é órgão soberano e instância máxima da UFECO:

§ 1º - Todos os membros das Entidades Associadas à UFECO terão direito a voz na Assembléia Geral.

§ 2º - Para efeito de deliberação na AG, terá cada Associada Efetiva, o direito a uma delegação de 03 (TRES) pessoas-votos.

NOVO ENDEREÇO: Rua Victor Meirelles nº 09 - Centro - CEP 88010-PPOLIS.-SC

Fones: 22-7911/22-7492 - Ramal 33.

Nossa Força esta na nossa UNIÃO

UFECO

UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITARIAS

Fundada em 14/02/1987

SEDE PROVISORIA: Rua 13 de Maio S/N

A/C do Conselho Comunitário Prainha.

☆☆☆☆☆☆☆☆

- § 3º - Os votos das Entidades Associadas Efetivas, serão computados dentre os seus delegados devidamente autorizados e presentes na Assembléia Geral.
- § 4º - As AGs serão Ordinárias e Extraordinárias.
- Art. 13 - A AG reunirá Ordinariamente no mês de Fevereiro de cada ano e extraordinariamente sempre que convocada pela Diretoria Executiva.
- § 1º - As AGs Extraordinárias poderão ser convocadas ainda por:
- I - 1/3 (um terço) mais uma das Entidades Associadas Efetivas.
 - II - Conselho Fiscal.
- § 2º - O Presidente e o Secretario da AG Extraordinária, convocada com base no § 1º deste artigo, serão de livre escolha dos que a convocam.
- Art. 14 - As AGs são convocadas mediante Edital, com prazo de 30 (TRINTA) dias de antecedência, publicado no Diário Oficial, além da comunicação direta a todas as Associadas Efetivas da UFECO.
- § 1º - A Presidência das sessões das AGs caberá ao Presidente da Diretoria Executiva - DE - da UFECO e será auxiliado por dois secretários.
- § 2º - A Presidência da DE poderá delegar poderes a qualquer membro da DE para presidir as sessões.
- Art. 15 - Do Edital Convocatório, deverá constar: data hora, local da realização e a Ordem do Dia a ser apreciada e outras observações julgadas necessárias e convenientes pela DE.
- Art. 16 - As AGs funcionarão em primeira convocação com a presença mínima de 50 (cinquenta) por cento dos delegados inscritos, das Associadas Efetivas, e, em segunda convocação, decorridos 30 (trinta) minutos, com qualquer número dos delegados inscritos e presentes.
- § 1º - As deliberações serão tomadas com aprovação da maioria simples dos delegados presentes.
- § 2º - Em caso de empate, o voto de qualidade será dado pelo Presidente da Assembléia Geral.
- § 3º - Cada delegado terá direito só a 1 (um) voto, não sendo permitido votar por procuração.
- Art. 17 - Compete a AG:
- I - Eleger a Diretoria Executiva.
 - II - Eleger o Conselho Fiscal.
 - III - Debater amplamente os problemas comunitários, sem limitação de espécie alguma, observadas apenas as regras estatutárias, o regimento interno e as Leis vigentes.
 - IV - Propor soluções para os problemas junto ao Poder Público Municipal, Estadual e Federal.
 - V - Apresentar moções, proposições, votos de louvor e de repúdio.
 - VI - Apreciar em grau de recursos e como última instância os casos que lhe forem submetidos.
 - VII - Proceder a alterações, reforma ou emendas no presente Estatuto.

NOVO ENDEREÇO: Rua Victor Meirelles nº 09 - Centro - CEP 88010 - Fpolis.-SC
Fones: 22-7911/22-7492 - Ramal 33.

Nossa Força esta na nossa UNIÃO

UFECO

UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITARIAS

Fundada em 16/02/1987

SEDE PROVISORIA: Rua 13 de Maio S/N

☆☆☆☆☆☆☆☆

A/C do Conselho Comunitário Prainha.

CAPÍTULO II

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 18 - A Diretoria Executiva - DE - se constitui de:

- I - PRESIDENTE
- II - 1º VICE-PRESIDENTE
- III - 2º VICE-PRESIDENTE
- IV - SECRETARIO GERAL
- V - 1º SECRETARIO
- VI - 2º SECRETARIO
- VII - TESOUREIRO GERAL
- VIII - 1º TESOUREIRO
- IX - 2º TESOUREIRO
- X - COORDENADORIA DE ÁREA - CONTINENTE I
- XI - " " " - CONTINENTE II
- XII - " " " - PERIMETRO URBANO ILHA I
- XIII - " " " - PERIMETRO URBANO ILHA II
- XIV - " " " - ILHA NORTE
- XV - " " " - ILHA LESTE
- XVI - " " " - ILHA SUL

§ ÚNICO - A Diretoria Executiva terá mandato de 2 (DOIS) anos e qualquer membro poderá ser reeleito no mesmo cargo por um período de mais 2 (DOIS) anos.

Art. 19 - As candidaturas dos cargos da DE serão apresentadas em chapa, que deve constar os nomes e seus respectivos cargos e assinaturas.

§ ÚNICO - As chapas serão protocoladas junto à Secretaria Geral da UFECO, até 24 (VINTE E QUATRO) horas antes do dia nomeado para as eleições.

Art. 20 - Compete a Diretoria Executiva:

- I - Reunir-se ordinariamente quinzenalmente e extraordinariamente quando convocada pelo Presidente.
- II - Propugnar pelo engrandecimento da UFECO.
- III - Manter na Sede, ao menos uma vez por semana, um membro da Diretoria, para assistir as Associadas.
- IV - Zelar pelos interesses da UFECO e de suas Associadas.
- V - Admitir ou recusar propostas de candidatas a Associadas, cabendo recurso de suas decisões a DE e AG.
- VI - Orçar a receita e despesa.
- VII - Apresentar balançotes e relatórios anuais ao CF e AG.
- VIII - Criar departamentos necessários ao cumprimento das finalidades da UFECO, extinguindo-os, se necessário, após o cumprimento das finalidades para as quais foram criados.
- IX - Organizar anualmente a AG a fim de estudar e debater os problemas sócio economicos dos bairros, distritos e núcleos habitacionais do Município de Florianópolis e assuntos de interesse Regional e Nacional.
- X - Nomear, 30 (TRINTA) dias antes das eleições, uma Comissão Eleitoral, de 05 (CINCO) membros que elaborará o Regimento Eleitoral.

NOVO ENDEREÇO: Rua Victor Meirelles nº 09 - Centro - CEP 88010 - FPOIS.-SC

Fones: 22-7911/22-7492 - Ramal 33.

Nossa Força esta na nossa UNIAO

UFECO

☆☆☆☆☆☆☆☆

UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITARIAS

Fundada em 14/02/1987

SEDE PROVISÓRIA: Rua 13 de Maio S/N

A/C do Conselho Comunitário Prainha.

Art. 21 - Compete ao Presidente:

- I - Representar a Entidade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.
- II - Convocar, abrir e dirigir as reuniões da DE e AG.
- III - Dar destino aos expedientes, encaminhar sugestões e promover votações.
- IV - Orientar todas as tarefas da DE.
- V - Autorizar despesas.
- VI - Contratar, nomear ou demitir empregados e auxiliares mediante aprovação da Diretoria.
- VII - Elaborar anualmente um relatório geral, apresentando sucessivamente a DE e AG, remetendo-o depois de aprovado às Associadas, em forma de Extrato.
- VIII - Verificar mensalmente, a exatidão do saldo em caixa e em depósitos.
- IX - Assinar com o Tesoureiro Geral: cheques, instrumentos de procurações, contratos e títulos de dívidas.
- X - Tomar conhecimento de todos os atos administrativos dos prepostos da UFECO.
- XI - Dar fiel observância ao Regimento Interno e a este Estatuto.

Art. 22 - Compete aos 1º e 2º Vice-Presidentes:

- I - Participar das reuniões da DE.
- II - Substituir o Presidente em caso de impedimento e sucedê-lo no caso de vaga.
- III - Colaborar na orientação das tarefas da DE.

Art. 23 - Compete ao Secretário Geral:

- I - Participar das reuniões da Diretoria.
- II - Fazer os trabalhos atinentes à Secretaria, deixando em ordem e em dia todos os documentos a seu encargo.
- III - Lavrar e assinar as atas das reuniões da DE e AGs.
- IV - Receber do Presidente correspondências, arquivá-las e responde-las.
- V - Arquivar cópias de todos os documentos expedidos.
- VI - Observar o Regimento Interno e este Estatuto.

Art. 24 - Compete ao 1º e 2º Secretários:

- I - Participar das reuniões da DE.
- II - Substituir o Secretário Geral em seus impedimentos e sucedê-lo, na ordem, em caso de vaga, com os mesmos direitos e deveres.
- III - Colaborar com o Secretário Geral nos trabalhos de Secretaria e de registros das reuniões da DE e das AGs.

Art. 25 - Compete ao Tesoureiro Geral:

- I - Participar das reuniões da DE.
- II - Manter em ordem e em dia os livros-caixas, bem como os documentos de caixa, fazendo a devida escrituração.
- III - Manter sob guarda, em espécie, recursos até o equivalente ao valor de 1 (UM) salário mínimo.
- IV - Assinar cheques e outros documentos atinentes a sua função, juntamente com o Presidente.

NOVO ENDEREÇO: Rua Victor Meirelles nº 09 - Centro-CEP 88010 - Fpolis. - SC
Fones: 22-7911/22-7492 - Ramal 33.

Nossa Força esta na nossa UNIÃO

UFECO

☆☆☆☆☆☆☆☆

UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITARIAS

Fundada em 14/02/1987

SEDE PROVISÓRIA: Rua 13 de Maio S/N

A/C do Conselho Comunitário Florianópolis

V - Dar fiel cumprimento ao Regimento Interno e a este Estatuto.

Art. 26 - Compete aos 1º e 2º Tesoureiros:

- I - Participar das reuniões da DE.
- II - Substituir nos seus impedimentos o Tesoureiro Geral e sucedê-lo, na ordem, em caso de vaga, com os mesmos direitos e deveres.
- III - Colaborar com o Tesoureiro Geral, nos trabalhos de tesouraria.
- IV - Observar o Regimento Interno e este Estatuto.

Art. 27 - Compete aos Coordenadores de Áreas:

- I - Repassar todas as deliberações tomadas pela DE e AGs para as Entidades Associadas a UFECO, que pertençam a sua área.
- II - Ser responsável pela animação das Entidades Associadas, juntamente com sua Diretoria, de atividades de caráter comunitário.
- III - Ser responsável pela convocação das Associadas da sua área para os eventos da UFECO.

§ ÚNICO - Os bairros, distritos e áreas habitacionais pertencentes às Coordenadorias Regionais (de Áreas), serão definidas pelo Regimento Interno da UFECO.

Art. 28 - A DE deliberará com a presença de metade mais 1 (UM) de seus membros, e com 1/3 (UM TERÇO), após segunda convocação, 30 (TRINTA) minutos após o horário determinado para o início da reunião.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 29 - O Conselho Fiscal é o órgão destinado a apreciar as contas e atos da DE atinentes a alienação do patrimônio e recursos financeiros, apresentando a AG.

§ 1º - O Conselho Fiscal será eleito pela AG ordinária, juntamente com a DE.

§ 2º - O Conselho Fiscal será composto de 3 (TRES) membros efetivos e 3 (TRES) membros suplentes.

§ 3º - O Conselho Fiscal elegerá um Presidente e um Secretário dentre os seus pares e se reunirá trimestralmente.

TÍTULO V

DO PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

Art. 30 - O Patrimônio da UFECO é indeterminado, variável e limitado, constituindo-se das contribuições das Associadas, subvenções, auxílios, doações e aquisições de qualquer natureza.

§ ÚNICO: As contribuições das Associadas serão mensais e fixadas anualmente, pela DE, com anuência da AG, saldáveis até o dia 30 (TRINTA) do mês seguinte ao vencido.

Art. 31 - Nenhum bem patrimonial da UFECO (móvel ou imóvel), poderá ser alienado sem o consentimento de 2/3 (DOIS TERÇOS) da AG.

TÍTULO VI

DA DISSOLUÇÃO

NOVO ENDEREÇO: Rua Victor Meirelles nº 09 - Centro - CEP 88010 - Fpolis. - SC

Fones: 22-7911/22-7492 - Ramal 33.

Nossa Força esta na nossa UNIÃO

UFECO

☆☆☆☆☆☆☆☆

UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITARIAS

Fundada em 14/02/1987

SEDE PROVISÓRIA: Rua 13 de Maio S/N

A/C do Conselho Comunitário Fluminense

Art. 32 - A UFECO só poderá ser dissolvida por deliberação de sua AO, especialmente convocada para tal fim, com a presença mínima de 2/3 (DOIS TERÇOS) dos delegados das Entidades Associadas Efetivas e com os votos favoráveis de 50 (CINQUENTA) por cento mais 1 (UM) dos membros da AO quites com a Tesouraria.

§ 1º - Da decisão de dissolver a UFECO dar-se-á aviso, por Edital com o prazo de 30 (TRINTA) dias, para que os interessados possam recorrer à Assembléia Geral que será convocada novamente 30 (TRINTA) dias depois de expirado o prazo para o recurso.

§ 2º - O recurso será entregue ao Presidente da DE que passará recibo na segunda via e neste caso, deverá convocar a AG em caráter Extraordinário.

Art. 33 - Prevalendo a decisão de dissolver a UFECO, a AG determinará a modalidade de liquidação, nomeará os liquidantes, sendo o seu ativo social líquido, dividido entre as Entidades Associadas Efetivas, em partes iguais.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34 - Nas reuniões dos órgãos dirigentes da UFECO, o voto será pessoal, vedado o voto por representação ou por procuração.


Art. 35 - Ocorrendo pedido de demissão ou destituição coletiva da Diretoria Executiva, antes de completar um ano do seu mandato, serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal - CF -, novas eleições gerais.

§ ÚNICO - Se o pedido de demissão ou destituição ocorrer depois de completado o primeiro ano de mandato, caberá ao CF eleger a DE que completará o período de mandato.

Art. 36 - A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, serão empossados até 30 (TRINTA) dias após a eleição.

Art. 37 - O Regimento Interno deverá ser votado, até 90 (NOVENTA) dias da posse oficial dos membros da DE e CF e de sua instalação oficial.

Florianópolis, 17 de agosto de 1988.


Argemiro Berto da Silveira Filho
Secretário Geral

Jesus Clavinho Filho
Presidente

NOVO ENDEREÇO: Rua Victor Meirelles nº 09 - Centro - CEP 88010 - Fpolis. - SC
Fones: 22-7911/22-7492 - Ramal 33.

Nossa Força está na nossa UNIÃO

1. INTRODUÇÃO -

1.1- Conforme proposta do "1º Seminário Municipal de Transporte Coletivo de Florianópolis" promovido pela União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO), em 29 de Março de 1990, que contou com a participação de vários representantes de Associações Comunitárias, da Câmara de Vereadores, do Núcleo de Estudo de Transportes da Universidade Federal de Santa Catarina, do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário de Florianópolis, do Sindicato dos Empresas do Transporte Coletivo, da União Florianopolitana dos Estudantes Secundaristas (UFES) e da E.B.T.U., decidiu-se depois de longa discussão pela reativação do Conselho Municipal de Transporte. O Seminário foi aberto pelo Presidente da UFECO, ressaltando a importância do transporte coletivo para a cidade. O Sr. Renato Tadeu Scoz, escolhido pela UFECO para falar em nome das Comunidades, alertou sobre a necessidade da participação das entidades organizadas na administração e planejamento do transporte público, sem a qual, nenhum problema será realmente sanado. Durante a reunião, definiu-se que a UFECO encaminharia um documento para a Prefeitura Municipal para a reativação do Conselho Municipal de Transporte.

2. PROPOSTA -

2.1- No contexto atual, o gerenciamento dos transportes urbanos constitui preocupação primordial da UFECO, visto que a eficiência do sistema encontra-se em situação precária, acarretando inúmeros transtornos à população. As deficiências acumuladas, o volume, a diversificação e a complexidade dos problemas requerem uma ação de integração institucional e operacional, com vistas à agilização e racionalização do sistema. Além disto, o fluxo de comunicação entre os municípios, as empresas de ônibus e a comunidade, encontra-se limitado, restringindo-se a reclamações casuísticas.

Situação esta que irá agravar-se cada vez mais, demonstrando a necessidade de uma administração participativa. Partindo das necessidades da área e a urgência de medidas saneadoras, apontamos para uma solução imediata; a criação de uma estrutura que venha de encontro as necessidades da população, sem com isso prejudicar as empresas de transporte urbano. É por isto que vimos propor a reativação do Conselho Municipal de Transporte.

2.2- O Conselho será composto por:

- * Dois (2) membros da UFECO escolhidos dentre as Entidades filiadas, sendo um (1) do Continente e outro da Ilha.
- * Um (1) representante da Prefeitura Municipal de Florianópolis.
- * Um (1) representante do Sindicato das Empresas de Ônibus.
- * Um (1) representante do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário.
- * Um (1) representante da Câmara dos Vereadores.

OBS: Os representantes escolhidos terão dois(2) anos de mandato.

2.3- Este Conselho terá responsabilidade de criar um Regimento Interno que esteja de consenso com os interesses de todos os integrantes do mesmo.

O Conselho deverá ser aprovado na Câmara dos Vereadores como Projeto de Lei, cabendo ao representante da Câmara, levar a proposta aos demais Vereadores para análise e votação.

O Presidente deste Conselho será o representante escolhido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis.

2.4- A Sede ficará junto ao Núcleo de Transporte, vindo a facilitar encaminhamentos na solução dos problemas com mais rapidez. Há a necessidade de uma secretária executiva na sede para o encaminhamento de todos os documentos e/ou ofícios.

3. OBJETIVO -

3.1- Com base em dados estatísticos levantados pelo Núcleo de Transporte Coletivo, caberia ao Conselho Municipal de Transporte, sugerir melhorias.

- * Organização e planejamento do Transporte Coletivo em Florianópolis.
- * Análise das multas aplicadas.
- * Aprovação do aumento das tarifas (sob critérios pré-determinados).
- * Fiscalização e cumprimento de horários e da qualidade do sistema.
- * Discussão das concessões dadas as Empresas de Transporte Coletivo.

Dentro destes pontos acima apresentados, é que a UFECO juntamente com todos os participantes (cópia em anexo) do Iº Seminário Municipal de Transporte Coletivo, vem apresentar a proposta de reativação do Conselho Municipal de Transporte.

Florianópolis, 28 de Maio de 1990.

Iº SEMINÁRIO SOBRE TRANSPORTE COLETIVO - 29/03/90

1. EDUARDO ZAUSIWEZ ^{UFEL} - UFEL
2. ~~Valdir~~ ~~Uccello~~ ~~Uccello~~
3. ~~Reberto~~ ~~T~~ ~~S~~ ~~coz~~
4. OSMAR POLICARDO ^{UFEL} - UFEL
5. JORGE DEBOLLO SERRA ^{UFEL} - UFEL
6. VALTER EUCLIDES CHAGUE ^{UFEL} - UFEL
7. DALMO DEODÉDITO MENEZES ^{UFEL} - UFEL
8. DELMO FLORIANO BARBOSA ^{UFEL} - UFEL
9. GIANCARLO GROSSI COLO ^{UFEL} - UFEL
10. JORGE LUIZ VIEIRA ^{UFEL} - UFEL
11. LIGIA KLUENIA H. LICHTENBERG ^{UFEL} - UFEL
12. Jennifer Day ^{UFEL} - UFEL
13. Jony Alcides Cruz
14. JOSÉ FRAGA FILHO ^{UFEL} - UFEL
15. Maria Rosôma Turmaz ^{UFEL} - UFEL
16. Argemiro Beito da Silveira Filho (Conselho Comunitário de Leopoldina)
17. Carlos K. Soares ^{UFEL} - UFEL
18. Valtir Gamin de Silva ^{UFEL} - UFEL
19. ~~Alcides~~ ~~UFEL~~ - UFEL
20. ~~UFEL~~ - UFEL
21. ~~UFEL~~ - UFEL
22. ~~UFEL~~ - UFEL
23. ~~UFEL~~ - UFEL
24. ~~UFEL~~ - UFEL
25. ~~UFEL~~ - UFEL
26. ~~UFEL~~ - UFEL
27. ~~UFEL~~ - UFEL
28. ~~UFEL~~ - UFEL
29. ~~UFEL~~ - UFEL
30. ~~UFEL~~ - UFEL
31. ~~UFEL~~ - UFEL
32. ~~UFEL~~ - UFEL
33. ~~UFEL~~ - UFEL
34. ~~UFEL~~ - UFEL
35. ~~UFEL~~ - UFEL

UFECO

FUNDADA EM 14-02-87

- 31 - *Carlos* (ASIM)
- 32 - *MOACIL AEU VIANA FURTADO* X.
- 33 - *Ana claudia* (Jornalismo - UFSC)
- 34 - *Claudia*
- 40 - *Jose Mauricio da Silva*
- 41 - *Alvin*
- 42 - *Dados*
- 43 -
- 44 -
- 45 -
- 46 -
- 47 -
- 48 -
- 49 -
- 50 -